

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

COMISSÃO: Infraestrutura e Política Econômica

TEMA: Litígio de terras do Cajueiro da Praia.

PROPONENTE: Teresa Britto, Ziza Carvalho, Doutor Hélio.

COMPONENTES: Presidente, Georgiano Neto; Vice-presidente, Severo Eulálio; Paulo Martins, Teresa Britto, Henrique Pires, Warton Lacerda, Firmino Paulo.

SR. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Convidamos para fazer parte da nossa Mesa o Deputado Júlio Arcoverde, do PP; Deputado Ziza Carvalho, do PT; Deputado Doutor Hélio, do PL; Deputado Francisco Costa, do PT.

Convido, também, o prefeito Felipe Ribeiro para fazer parte da nossa Mesa; Dr. Francisco Lucas, representando aqui o Interpi. Convido também o representante do ICMBio - Dr. Adriano; da Semar, Dra. Aline de Araújo. Convido também os representantes do Ministério Público, Dr. Maurício Gomes e Dra. Juliana Noletto. Convido o presidente da Associação de Moradores do bairro Morro Branco, Sr. Manoel e os vereadores Dênis Pescado e Jefferson Rocha.

Gostaria de saber se tem mais alguma associação representando aqui algum bairro e também gostaria de saber se os representantes convidados, que eu vou elencar aqui agora, nesta audiência pública. Vou ler o requerimento declarando aberta a nossa audiência pública. Convido, também, o advogado experiente nessa área, na área de regularização fundiária no município de Teresina - Dr. Raimundo Eugênio, para fazer parte também da nossa Mesa de Honra.

Vou ler aqui o requerimento de audiência pública ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí:

Deputada Teresa Britto, Deputado Júlio Arcoverde, Deputado Doutor Hélio, Deputado Ziza Carvalho, Deputado Francisco Costa, com assento nesta Casa Legislativa, vem requerer na forma regimental que após ouvido o plenário, com aprovação deste, seja realizada uma audiência pública para discutir os problemas de falta de regularização fundiária no município de Cajueiro da Praia. E aí engloba toda área, viu gente, do município; bem como a necessidade de cassação do Registro Imobiliário Patrimonial - RIP nº 111.300.007 - 88/80, considerando as irregularidades existentes, o abandono da terra, o impedimento do desenvolvimento local, enfim, o desatendimento da função social da propriedade, contrariando assim dispositivo expressamente previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Requer, ainda, que sejam convidados para a referida audiência o Exmo. Sr. prefeito de Cajueiro da Praia, a quem nos alegra com a sua presença aqui; Sr. Felipe de Carvalho Ribeiro, os Exmos Srs. vereadores da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia, aqui dois já nominados, que sejam bem-vindos.

Queria uma pausa aqui para convidar também o nosso querido deputado, amigo, Flávio Nogueira Júnior, para compor nossa Mesa.

Os titulares do RIP, que nominamos anteriormente e representantes dos seguintes órgãos: Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Piauí (SPU), Sr. Marcelo Barbosa de Moraes, que não se fez presente; a Área Ambiental Delta do Parnaíba - ICMBio, que está presente - Dr. Adriano: GRO2 Nordeste: Cartório Bezerra - Maria Cristina Mendes Bezerra Sousa, que inicialmente confirmou a sua presença, através de um representante. Eu gostaria de saber se já chegou, se já está aqui conosco? Ainda não chegou? Vamos ver se chega até o meio da reunião, até por que é um pouco distante, vamos ver. Ministério Público Federal, gostaria de saber se já chegou o representante do Ministério Público Federal? Se não chegou ainda, aguardar para quando chegar, a secretária trazer para a Mesa; Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Piauí - TJ/ PI, Instituto de Terras do Piauí - Interpi, já presente - Dr. Francisco Lucas; Semar, aqui presente também, Associação de Moradores, Ministério Público do Estado do Piauí, aqui presente também, e associações locais entre outras pessoas.

Então, nós também recebemos aqui o nosso querido Deputado Georgiano Neto, que inclusive é presidente da Comissão e que eu vou passar os trabalhos para ele dar continuidade e vou estar aqui do lado para iniciar as falas.

Então, eu queria agradecer a presença de todos, esta audiência está sendo gravada, ela vai ser depois encaminhada para os órgãos que devem sim, ajudar a resolver os problemas da falta de regularização naquele município, bem como também judicialização para que nós possamos barrar vários problemas que estão acontecendo. Mas eu vou continuar minha fala ali na tribuna e vou passar os trabalhos para o nosso querido amigo Deputado Georgiano Neto - presidente da Comissão de Infraestrutura da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

SR. PRESIDENTE(Georgiano Neto - PSD) - Bom dia a todos!

Com a palavra a Deputada Teresa Britto.

SRA. TERESA BRITTO (PV) - Eu gostaria de pedir aí a quem está comandando aqui, para iluminar melhor, ligar esse holofote aí, por favor, clarear o ambiente. Acho que vai ficar pior, né?

Gostaria primeiro de saudar todos vocês aqui presentes, agradecer as presenças de todos, sejam os representantes aqui, colegas deputados, sejam os que vieram lá de Cajueiro da Praia, como o prefeito, os vereadores, professores, ex-prefeito, população, sejam todos bem-vindos.

Dizer, prefeito, que também o nosso Interpi, Dr. Francisco Lucas, representante aqui do Ministério Público, todos que estão aqui, nosso querido presidente da associação de moradores que, sabemos que é lutador também por aquele município e todos que estão aqui, dizer que essa audiência é de grande importância. Eu acredito ser a primeira audiência pública realizada nesta Casa, na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. E que daqui, Dr. Adriano, os encaminhamentos, eles vão prosseguir. Esta audiência pública não vai ficar só aqui, mas ela vai prosseguir com os trabalhos, através dos encaminhamentos, das ações impetradas, se necessário no Ministério Público Federal, encaminhamento para o Ministério do Planejamento, lá em Brasília, além da própria Corregedoria local aqui do Piauí, do Tribunal de Justiça, porque o que está acontecendo no município de Cajueiro da Praia não era para existir.

Então, eu vou ler aqui algo que foi escrito, Dr. Raimundo Eugênio, seja muito bem-vindo! Tenho um carinho muito grande pelo senhor, um conhecimento muito grande, quando o senhor foi procurador-geral do Município de Teresina que tratou muito bem a regularização fundiária do município de Teresina; conhecedor profundo do que é regularização fundiária; eu fui secretária-executiva de Assistência Social do município de Teresina, então eu conheço a sua capacidade e a sua idoneidade, seja muito bem-vindo, todos vocês.

Eu não gosto de ler, mas como se trata de legislação, de estudos que devem ser registrados nesta audiência pública, meus queridos deputados, Deputado Flavinho, que é bem votado lá em Cajueiro, Deputado Júlio, Deputado Dr. Hélio, são os três deputados que têm um trabalho bem antes, já tem mais tempo nesta Casa, eu sou nova, assim como o Deputado Júlio, Deputado Dr. Hélio e Deputado Flavinho. Eu estou no primeiro mandato. Mas a nossa intenção aqui é trabalhar pelo Piauí. Eu queria aqui abrir um parêntese para dizer que quando eu fui presidente da Comissão de Saúde desta Casa, eu fui lá em Santa Filomena, que é bem longe daqui, e fui lá em Corrente, que praticamente eu não tive votos.

O nosso objetivo é fazer a justiça social, o nosso objetivo é desenvolver os municípios forma sustentável. Seja bem-vindo, Dionísio, representando aqui eu acho que a ...; a Dra. Áurea Madruga, seja bem-vinda, eu convido a senhora para subir aqui, é promotora do Ministério Público do Estado do Piauí, com um trabalho belíssimo também, e pode muito nos ajudar nessas causas. É promotora do Meio Ambiente aqui no Estado do Piauí. Seja bem-vinda, Dra. Áurea.

Então. eu vou aqui ler, gente:

"Os imóveis públicos federais podem ser classificados em três tipos: bens de uso comum do povo, afetados como necessários à coletividade - como rios, praças, ruas, praias, etc.

Bens de uso especial, que são afetados ao interesse do serviço público - prédios das repartições públicas, esportes, etc.

Bens dominiais, que não têm destinação definida e que por essa razão podem ser transacionados pela União e disponibilizados para uso privado, se for o caso". Como é o caso de muitas situações no município de Cajueiro da Praia.

Os terrenos de Marinha são bens dominiais da União medidos horizontalmente até 33 metros para o continente ou para o interior das ilhas costeiras, com sede de municípios. Além das áreas ao longo da costa, também são considerados terrenos de marinha as margens de rios e lagoas que sofrem influência de mares. A regularização fundiária desses terrenos deverá ocorrer por meio de procedimento administrativo declaratório de propriedade definido no Decreto nº 9.760 de 05/09/1946; tendo ficado definido por meio da Lei 13.465 de 11 de julho de 2017, que a Secretaria do Patrimônio da União - SPU está autorizada a concluir até 31 de dezembro de 2025 a identificação dos terrenos marginais de rio federal navegável, dos terrenos de marinha e seus acrescidos. Ou seja, daqui a quatro anos eles são obrigados a ter todo esse mapeamento e definição.

O relatório de avaliação da Controladoria Geral da União - CGU - de 20 de dezembro de 2019 - bem recente - referente às atividades da Superintendência do Patrimônio da União - Piauí mostra que de acordo com o Plano Nacional de Caracterização - PNC - de 12/2017 o Piauí possui extensão de 71.552km de faixa litorânea, sendo que apenas, 27,20 desse total está demarcado.

Vejam, Dra. Áurea Madruga, meus colegas deputados, Dr. Adriano, Semar, Senhores que estão aqui conosco hoje: vereadores, prefeito, como está longe de ter uma demarcação desse território! Como precisa de celeridade essa problemática, de solução, celeridade e solução dessa problemática .

O município de Cajueiro da Praia está situado a 65 km de Parnaíba, no litoral do Piauí e, por ficar localizado em terreno de propriedade da União, terreno de propriedade da União, que eu quero frisar bem isso, possui um grande contingente de áreas territoriais sem regularização fundiária. O mesmo foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Cajueiro da Praia pelo Artigo 35, inciso II no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 05/10/1989, com área territorial e limites estabelecidos pela Lei estadual nº 4.810 de 14/12/1995; desmembrado de Luís Correia. Data da instalação, 01 de janeiro de 1997.

De acordo com o IBGE, cidades, a população estimada de Cajueiro da Praia, em 2021 é de 7.704 habitantes. Vale ressaltar que, em determinadas épocas do ano essa população triplica pelo turismo no litoral. O referido município compreende uma área de 271,165km², com uma densidade demográfica de 26,36 hab/km² e com um índice de desenvolvimento humano municipal de 0,546, bem baixo, daí a necessidade de se contribuir para o desenvolvimento daquele município.

O município de Cajueiro da Praia, notadamente Barra Grande, frequentada por pessoas que buscam o contato com a natureza e praticantes de kit surf se constitui em uma área de grande valor para o turismo, com pousadas, bares e restaurantes, empreendimentos que geram emprego e renda, possuindo um fluxo nacional e internacional e que tem muito contribuído para, pelo menos, conseguir ajudar na questão da geração de emprego. Eu tive oportunidade de conhecer jovens de 18 anos sendo chefe de cozinha em Cajueiro da Praia.

Apesar da cooperação técnica entre a prefeitura do referido município, o serviço de patrimônio da União, órgão do Ministério do Planejamento, visando assegurar a expedição das escrituras dos imóveis, na prática, a regularização fundiária não tem sido efetivada no sentido de assegurar as áreas urbanas e de uso público; bem como o direito à moradia das pessoas de baixa renda ou aquelas que adotaram aquela cidade para viver, trabalhar ou desenvolver seus negócios. Exemplo disso é o Registro Imobiliário Patrimonial - RIP 113.300.007.87/80, cujo arcabouço concessório é enfático com a presença de irregularidades, e reafirma a especulação imobiliária, o abandono da terra, o impedimento do desenvolvimento local, danos ambientais, enfim, desatendimento da função social da propriedade, contrariando assim, dispositivos expressamente previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Atualmente esse RIP, apesar de ter um processo de desmembramento de um pequeno pedaço, esse Registro Imobiliário Patrimonial 113.300.007.87/80 abrange grande parcela da zona urbana de Cajueiro da Praia, compreendendo toda a sua sede. O imóvel se encontra matriculado em cartório e tudo mais, contudo a SPU já havia apurado que o teor do termo de instrução e julgamento da ação de demarcação e divisão da data Santana, homologada pelo Excelentíssimo juiz de direito da 3ª Vara dos Feitos da

Fazenda - Dr. José de Sales Lopes, em 06 de outubro de 1943, não foram levados em registro em cartório; sendo ainda detectado que a gleba Cajueiro da Praia, corresponde a 185.85.60 hectares, encontra-se atualmente registrada como propriedade dos herdeiros de Manoel Ricardo de Lima, num claro erro cometido pelo cartório, que até agora não chegou e tinha que estar aqui para se explicar, que transformou um registro antigo de posse, não era propriedade, mas sim posse da terra, em propriedade, em desacordo com a decisão judicial que contempla a União como propriedade e o Sr. Manoel Ricardo de Lima, como ocupante.

É importante frisar que o Sr. Manoel Ricardo, já até morreu, que os seus herdeiros são apenas ocupantes, como todos aqueles que têm seus imóveis em Cajueiro da Praia. O direito deles é o mesmo de todos que têm seus imóveis em Cajueiro da Praia. De modo que, não se encontra pacífica a delimitação do imóvel, tampouco a prova da sua ocupação por quem é considerado ocupante. Ou seja, de forma que um dos supostos herdeiros cadastrados na SPU, a título precário, vou repetir, de forma que um dos supostos herdeiros cadastrados na SPU, a título precário, além da prática de vendas sem cumprimento das obrigações, passou a criar inconvenientes e transtornos à população local e à administração pública municipal, quando se acha no poder de impedir as obras de interesse público a ser realizadas por aquele município, utilizando-se até de embargos judiciais concedidos pela justiça atual contra obras da prefeitura, já aconteceu isso no passado. De modo que, não se encontra pacífica a delimitação do imóvel, tampouco a prova de sua ocupação, por quem é considerado ocupante, não havendo assim documento que indique com a certeza devida e, conforme situação fática atual, o georreferenciamento da área identificada do RIP de nº já citado várias vezes, que é o 113.300.007.87/80. Nestas circunstâncias, ocorrendo a posse de boa fé e continuada sob o domínio público dos terceiros, essa posse haverá de ser tratada como ocupação e receber tratamento isonômico pelo Poder Público, em conformidade e referência a todos os seus ocupantes. Ou seja, todos os ocupantes de Cajueiro da Praia tem que receber o mesmo tratamento do atual ainda detentor desse RIP que já nominamos várias vezes.

A instrução normativa Nº 04 de 14 de agosto de 2018, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União, em seu art.

7º inciso I, literalmente indica que, “para a caracterização da ocupação é necessário que esteja ocorrendo a utilização da área pública como: residências, ou local de atividades comerciais, industriais, prestação de serviços e o exercício de posse nas áreas contíguas do terreno ocupado pela construção correspondente”.

Cabe destacar ainda que em conformidade com o art. 31 da Instrução Normativa, nº 4 de 14 e agosto de 2018, o Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União, são as causas para revogação ou cancelamento definitivo da inscrição de ocupação a depender do caso. Importante vocês observarem esse detalhe.

Inciso II - vou elencar aqui só os que estão inseridos, prefeito, na situação atual, naquela do município de Cajueiro da Praia, no RIP no qual nós já nominamos várias vezes. Declaração de interesse do serviço público, diárias sobre o regime de inscrição da ocupação, tem um protocolo com uma carta, mesmo de forma precária, do prefeito Felipe Ribeiro, que foi dado entrada, inclusive estive presente representando esta Casa, conjuntamente com dois vereadores, este mês, me parece que foi dia 05 de novembro, solicitando a área para o município, para fazer a regularização, para interesse social de regularização fundiária. Esse é um dos incisos.

III - é inadimplemento que o pagamento de taxas de ocupação por três anos consecutivos. Temos informações de que houve também essa questão.

IV - ocorrência de dano ambiental, decorrente da utilização das áreas inscritas. Tem vários embargos na área.

V - ocorrência de dano ao patrimônio da união. Claro que tem vários.

VI - uso contrário as posturas, zoneamentos e legislação locais.

VII - impedimento do acesso às praias, as áreas de uso comum do povo, aos terrenos da união ou de terceiros.

VIII - abandono do imóvel.

Todos aqui sabem, e se não sabem passem a saber que esse imóvel foi completamente abandonado. O que tem lá feito hoje foi pelo poder público municipal, em todas as suas gestões, e pelas pessoas que ocupam, desde energia, desde água, que inclusive a água lá ainda é em situação precária, é feita pelos próprios moradores, desde

calçamentos que foram feitos pelo poder público desde unidade básica de saúde, escolas, construção de casas. Por sinal, eu quero abrir um parêntese aqui, prefeito, temos presente aqui um ex-prefeito, que lá muitas das casas, apesar de terem sido começadas por uma vila de pescadores, mas os terrenos são bem pequenos, bem juntinhos. Isso se deveu não pela condição deles. Quem não quer ter um quintal? Um jardim? Um espaço para plantar uma árvore frutífera? Principalmente em se tratando dos piauienses que gostam de fazer essa prática, até nos apartamentos onde moram plantam em vasos árvores frutíferas, quem não gosta? Mas essas pessoas não tiveram direito, a maioria dos moradores nativos que lá nasceram não tem esse quintal, aqueles que moram bem no centro da cidade não tem, porque foram impedidos pelo detentor desse RIP, mostrando total repressão a essas pessoas, impedimento a essas pessoas de crescerem, de desenvolverem, naquela região.

Assim também como aqueles que largaram seus estados, largaram sua terra e que adotaram Cajueiro da Praia como a sua terra, montaram seus negócios, vivem lá, geram renda, geram recursos para o município e atrai também turistas para ali deixar recursos para ajudar o município. Essas pessoas precisam sim, ser tratadas muito bem, ser respeitadas, porque elas também estão ajudando o município de Cajueiro da Praia.

Assim, o fato de toda sede do município de Cajueiro da Praia que está cadastrada em nome de um particular, porque ainda está em processo de uma pequena área de desmembramento, ela já é suficiente para dizer: União, cancele imediatamente esse RIP, não é Dr. Júlio Arcoverde? - União, através da Secretaria da SPU cancele imediatamente e definitivamente esse RIP. Não só esse RIP, mas outros que estão impedindo o crescimento daquele município, outros que detém grande parte da orla marítima do nosso litoral e que nada fizeram, também, para justificar a manutenção de um RIP, como é a situação do famoso Cajubá, que eu quero deixar aqui também registrado, porque tem muitos problemas, muitos problemas sérios, inclusive, de expulsão de nativos antigos de seus locais.

Considerando a natureza urbana da referida área e as diretrizes para regularização fundiária na forma prevista na Lei 13.465 de 11 de julho de 2017, defende-se que deverá ser emitido título de concessão de direito real de uso com as medidas

jurídicas, urbanísticas, ambientais, sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos, informais ao ordenamento territorial urbano e a titulação de seus ocupantes.

Já estamos aqui, muito do que eu já falei já é suficiente para se entender e solicitar que seja o município de Cajueiro da Praia, detentor de toda área pertencente a União, para que possa promover a regularização fundiária, com o apoio do Governo do Estado, porque sabemos que os municípios pequenos, e Cajueiro da Praia não é diferente, não tem recursos suficientes para fazer esse trabalho, mas através do Governo do Estado, o Interpi sim pode ser feito, deve ser feito, queremos que seja feito.

E aqui, como parlamentar estadual, queremos reafirmar nosso compromisso, também, de contribuir com emenda parlamentar para que isso aconteça. Bem como, também, o nosso compromisso com o ICMBio, com o Ministério Público Estadual do Meio Ambiente, o Ministério Público Federal de que vamos dar total apoio para que seja concretizado um belo parque ambiental na orla marítima, notadamente na região de Cajueiro da Praia, onde o Dr. Adriano vai apresentar daqui a pouco uma proposta, nosso compromisso.

E pedir, vai ser um encaminhamento no final da nossa audiência, pedir primeiro aqui, não sei se é lamentar, se é repudiar a ausência do cartório, representação que, inclusive, confirmou presença e não compareceu até agora; a ausência do superintendente da SPU, que em nenhum momento fez um esforço para se fazer presente, diante de uma problemática tão grande como essa, diante de um risco tão grande que corre o município de Cajueiro da Praia, de a SPU está fazendo uma transação, dando celeridade para uma transferência de um RIP, desse RIP que a maior parte do município de Cajueiro da Praia está dentro, inserido, está fazendo com muita celeridade. Até sexta-feira houve movimentação no protocolo de transferência desse RIP, houve movimentação. Eu vou usar um termo que eu ouvi aqui de um repórter que, está dando muita visibilidade a esse processo, que é o Thiago Trindade, essa transferência e está correndo na velocidade da luz. Ou seja, a SPU está fechando os olhos para uma situação social daquela região, para todos os pontos que nós elencamos aqui que já deveria ter sido cancelado esse RIP, definitivamente, até mesmo sem manifestação da prefeitura, da população. Mas diante de toda situação que vive hoje, é muito estranho não

ter sido feito um estudo de impacto ambiental, social, econômico. É muito estranho não ter sido parado o processo quando o prefeito deu entrada com uma carta solicitando o interesse social de regularizar, pedindo a União que repasse para o município. É muito estranho quando foi dado entrada por moradores pedindo que seja tratado isonomicamente, inclusive parado a transferência desse RIP, esse RIP não tem sido parado essa movimentação. É muito estranho a SPU aceitar uma procuração de um senhor com 91 anos de idade, de um RIP que foi concedido antes mesmo da regulamentação de toda essa legislação que rege a questão da SPU, de 1943, só em 1944 foi criada essa legislação, é tudo muito estranho. É estranho quando a gente sabe que várias pessoas que estão aqui solicitaram o seu RIP, a sua propriedade, seja da sua casa, seja do seu comércio, seja do seu restaurante, da sua pousada, seja da sua casa bem simples da nossa querida Cajueiro da Praia, nosso povo maravilhoso, nosso povo humilde, trabalhador, está lá, tem deles que tem até 2, 3, 4, 5 anos e, esse RIP está andando rápido demais.

Então, nós queremos que ele explique, e aí nós vamos aqui encaminhar ao Ministério Público Federal, que faça a intervenção imediata, solicitando a cassação desse RIP. O Ministério Público Estadual também, queremos pedir o apoio total. Vamos solicitar que o Ministério do Planejamento intervenha nessa questão aqui em Parnaíba, faça uma correção dentro da SPU, em Parnaíba. Porque eles não estão lidando com pessoas que não tem conhecimento jurídico, que não tem conhecimento com a realidade local, eles estão lidando com pessoas que tem, sim, conhecimento jurídico, conhecimento social da realidade do povo de Cajueiro da Praia.

Quero reafirmar, prefeito Felipe Ribeiro e vereadores, que esta Casa Legislativa vai ajudar o município de Cajueiro da Praia, o senhor pode contar, aqui não se trata de uma questão política partidária, mas se trata de reconhecer que aquele município precisa de apoio da Assembleia Legislativa, dos deputados federais, senadores e também os órgãos de controle social, como o Ministério Público. É a nossa primeira fala, depois nós vamos fazer os encaminhamentos, e muito obrigada pela presença de todos vocês e contem todos vocês que estão aqui com o nosso apoio.

SR PRESIDENTE (Ziza Carvalho - PT) - Obrigado, Deputada Teresa. Quero dar um bom dia a todos, informar que o Deputado Georgiano Neto, presidente da Comissão de Infraestrutura teve que sair, o Deputado Severo é o vice-presidente não se encontra, eu sou membro titular da Comissão, assumo aqui a presidência dos trabalhos.

Eu queria, primeiramente, objetivar aqui para que a gente não travasse esta audiência pública até a tarde, veio muita gente de fora, de Cajueiro, tem muitos técnicos aqui que podem dar esclarecimentos importantes aqui para essa solução da regularização do nosso litoral, que é um problema que se arrasta há muitos anos, a gente ver discussões das definições de linha de praias, de questões de casas, problemas com o Ministério Público Federal, embargando obras de residência, não só no Cajueiro da praia, mas lá em Luis Correia, no Coqueiro. Nós temos problemas de regularização em todo o Estado do Piauí. Aqui o Chico Lucas está presente faz um trabalho aqui no Interpi de problemas nos Cerrados, problemas no extremo sul, problemas de regularização fundiária que o Estado do Piauí tem, e Cajueiro da Praia não é diferente.

Mas eu queria, Teresa, se V.Exa. me permite que a gente ouvisse logo os técnicos que aqui estão para que a gente pudesse objetivar esta audiência e saber exatamente qual é o problema que nós estamos enfrentando aqui. Inclusive, aqui se encontra o Dr. Marcus Sabry, me falaram que ele estava aqui. Se não eu já ia chamar também para iniciar aqui.

Mas, eu queria cumprimentar todos os deputados aqui presentes, Deputada Teresa, subscritora do requerimento aqui, Deputado Hélio, Deputado Flávio Nogueira, Deputado Júlio Arcoverde. Cumprimentar aqui o Ministério Público - Dra. Áurea Madruga; cumprimentar o Chico Lucas, presidente do Interpi, cumprimentar o prefeito de Cajueiro da Praia - Felipe; cumprimentar aqui o representante do ICMBio, Dr. Adriano; está aqui o presidente da Associação dos Moradores de Cajueiro da Praia - Sr. Manoel.

Eu queria pedir encarecidamente que a gente pudesse fazer as manifestações, se algum deputado quiser se manifestar antes de eu passar para a exposição técnica, eu deixo aqui aberta, franqueada a palavra ou deixo para depois? Então, vamos ouvir primeiro, a pedido do Dr. Hélio, com o Dr. Adriano do ICMBio que parece que ele tem informações mais do histórico da ocupação do nosso litoral.

Com a palavra o Sr. Dr. Adriano.

SR. ADRIANO DAMATA (ICMBio) - Bom dia a todos!

Primeiramente agradecer a iniciativa da Deputada Teresa Britto de promover esta audiência pública, mas para mim é uma grande satisfação de estar aqui e poder expor o que vou mostrar daqui a pouquinho em relação ao Cajueiro da Praia.

Meu nome é Adriano Damata, sou analista ambiental do ICMBio desde 2009, sou advogado por formação, eu advoguei de 2005 até 2009, quando eu passei no concurso do ICMBio e fui lotado em 2009 no Parque Ambiental do Lençóis Maranhenses. Lá eu cheguei com a formação jurídica que eu tinha, me colocaram lá pra ser chefe da fiscalização dos Lençóis Maranhenses. Eu fiquei de 2009 a 2012 na função de chefe da fiscalização com três municípios 155 mil hectares. Eu acredito que muita gente aqui já deve conhecer lá também. E depois desses três anos como chefe da proteção, eu me tornei chefe do Parque, em que eu fiquei de 2012 até 2019, sete anos a frente dos Lençóis Maranhenses, lá conquistamos muitas "coisas" que não dão para falar neste momento aqui. V. Exas. devem imaginar como é ser uma pessoa que é chefe de uma unidade de conservação, como do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, como é ser o chefe fiscal e, ainda, morar no município em que se faz a fiscalização de todos, em que se faz a gestão, as idas ao campo. Chegou um momento de "esfriar a cabeça", vim pra Parnaíba para assumir a função de chefe da reserva extrativista Chapada Limpa, que fica, também, no Maranhão. Depois de 2 (dois) meses, aqui, chamaram-me para atender a uma denúncia em Cajueiro da Praia, sendo que fui o único fiscal que não estava de férias. Fui até o município de Cajueiro da Praia para ver o que estava acontecendo, havia uma área desmatada na praia do Itã, em que foi feito um embargo da área, o autor ainda é desconhecido, já conto a V.Exas. que a área tinha sido comprada, sendo que o comprador respeitou o embargo, estando paralisada, sem atividade a região da praia do Itã.

(inaudível)

Quando cheguei em janeiro, vendo essa situação do desmatamento, que a área foi embargada, foi retirada a cerca do mangue, tendo sido colocada para trás, na área do Jupi, e uma série de denúncias continuaram a ocorrer na Ponta de Socó

principalmente. O desmatamento, várias cercas, as placas de "vende-se" invadiram a região, sendo que todo dia havia denúncia no Socó. Nesse contexto, quero apresentar, hoje, - e que acredito que seja a única solução possível para evitar o desmatamento em Cajueiro da Praia - a criação de uma unidade de conservação municipal ou estadual.

O ICMBio é o responsável pela gestão de todas as áreas (federais) protegidas no Brasil. Por exemplo, os parques nacionais, a APA Delta do Parnaíba da qual me tornei chefe, são áreas de proteção feitas para garantir a proteção dos recursos naturais.

No Cajueiro da Praia, - não há como o ICMBio estar todo dia lá, nós somos poucos; a prefeitura, ainda, não tem secretaria do Meio Ambiente. na Secretaria do Meio Ambiente do Estado há apenas 1 (um) fiscal em Parnaíba. Dessa maneira, a única forma de segurar aquele lugar seria convencendo a população de que aquilo pode tornar-se uma área protegida para eles mesmos, transformando-a, por lei, em uma área protegida abraçada pelo estado e município.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Peço a plateia que, aqueles que quiserem falar depois, inscrevam-se, mas vamos deixar e garantir a fala de todos que venham, aqui, para cima. Inclusive, porque está sendo gravado e precisamos que ele se concentre para colocar a posição do ICMBio. Isso é muito importante! Obrigada!

SR. ADRIANO DAMATO (representante do ICMBio) - Antes de subir, apenas mais um comentário. A APA Delta do Parnaíba teve seu plano de manejo publicado no ano passado, em 2020. Como foi feito isso? Foi contratada uma consultoria com recursos de compensação ambiental da empresa Ômega, essa consultoria custou cerca de R\$250.000 (duzentos e cinquenta mil reais). Fizeram uma série de audiências em todos os municípios da APA Delta do Parnaíba, que são mais de 10 (dez) para "bolar" o plano de manejo, que é o planejamento da área, um zoneamento em que se pode fazer uma coisa e não se pode fazer outra. Definiram como será feita a gestão da APA com base nesse zoneamento. Pensei, antes de vir para cá, que o grande problema do Brasil é que os órgãos não conversam um com outro. Nesses 10 (dez) anos que vivenciei nos Lençóis Maranhenses, estou de prova disso. Dificilmente, A SPU conversa com o ICMBio; o ICMBio não conversa com o Incra; o Incra não conversa com o Iterma; o Iterma, com a Sema, cada um faz "as coisas" sozinho e, então, temos dificuldade de avançar. Por

exemplo, a SPU é um dos órgãos mais antigos do Brasil, acho que o órgão federal mais antigo. Não se tem no Estado do Piauí - fico até com dó do Marcelo, porque chego à SPU e questiono "cadê as áreas da União?!", coloca no mapa para vermos, e não tem". São 1000 (mil) processos de RIP, todos no armário, mas ninguém sabe onde são as áreas da União. Esse RIP do qual estamos falando, que já mostrarei, no mapa, a V. Exas, não tem as coordenadas geográficas, os vértices. "O RIP começa na Carnaúba que está na derrubada..." é assim a descrição dos documentos antigos do Brasil.

Então, por que não contratar uma consultoria? Até o município poderia fazer isto: uma consultoria para chamar a SPU. "Pega tudo" o que há, aqui, em Cajueiro da Praia, para verificar quais são as áreas da União e como queremos planejar o uso dessas áreas. Se tivesse isso na SPU, uma consultoria como fizeram com o plano de manejo da APA, que é uma empresa especializada, porque Marcelo não tem tempo de "sentar lá" no gabinete dele para fazer uma auditoria, sendo que ele é advogado, portanto, não tem a capacidade técnica de fazer um documento desse. Deve-se ter essa conversa dos mais variados órgãos para planejar o futuro do Brasil. Desculpe-me, mas fiquei triste; sou de São Paulo, capital, vim para cá em 2009, como disse a Deputada Teresa Britto, sou um desses que abandonou sua área, abandonei minha região e vim procurar abrigo no nordeste, fui muito bem recebido no Maranhão, mas fiquei muito triste quando cheguei ao Piauí. Nos Lençóis Maranhenses, há 80 km de praia, um parque nacional; aqui, falamos de um estado brasileiro, com apenas 66 km de costa. Como pode, 66 km de praia, estar do jeito que está?! A Praia do Atalaia é só lixo; na Praia Pedra do Sal, está tudo demolido; em Luís Correia, há muitos escombros. Por isso, temos - falando como brasileiro - uma dívida com a população brasileira em relação ao litoral piauiense. Temos lindas praias, particularmente, a praia de que mais gosto é a do Atalaia, que não merece estar como está, por isso, subirei, agora, para apresentar a proposta da criação do monumento natural da Itã para vermos como evoluir nesta temática.

(Sr. Adriano Damato, representante do ICMBio, sobe à tribuna para apresentação)

Bom, pessoal, continuando, mostrarei, de forma geral, a APA Delta do Parnaíba. Iremos logo para a região de Cajueiro da Praia, respondendo à pergunta que foi feita durante a apresentação, a primeira área embargada em Cajueiro da Praia foi essa

daqui (aponta ao mapa da apresentação). Aqui, começou em janeiro de 2020, toda a discussão sobre Cajueiro da Praia, essa área que foi embargada, uma área que era tal do Malaia, e o Fábio Jupi, que está assistindo a apresentação, apresentou a documentação de que comprou essa área, não sendo papel do ICMBio avaliar se o RIP é de um ou de outro. Nossa parte é estritamente ambiental, disse para ele que, até que se definisse essa situação, não mexesse na área embargada e tirasse a cerca do mangue, pois esse não pode ser cedido pela União. Isso está na lei, mesmo que ele esteja inserido no RIP, ele tem que sair, porque a lei proíbe a concessão de área de preservação permanente nas unidades de conservação federais. Todo esse manguezal de Cajueiro da Praia, necessariamente, tem que sair dos RIPs, dos seus respectivos titulares. Essa região, aqui, que é chamada "Porto da Lama", no começo do ano, passou por uma grande confusão, em que o Ministério Público do Estado derrubou uma série de barracas chamadas "pesqueiras" e, recentemente, no mês passado, a SPU concedeu aos pescadores, por meio de uma Taus, que é um documento de concessão de terras, toda essa região de Porto da Lama. Hoje, as áreas são concedidas, pela SPU, para os pescadores utilizarem e colocarem suas pesqueiras. Se serão pesqueiras individuais, isso vai ser decidido lá na CIA, que é uma organização não-governamental que está acompanhando essa situação dos pescadores.

Então, essa região de Porto da Lama, praticamente foi resolvida, para quem não conhece aqui o rio Timon e Ubatuba, dois rios aqui que são os berçários do peixe-boi, que motivaram inclusive a criação da Apa Delta do Parnaíba.

Voltando na ideia do Parque, vou começar aqui a falar dos outros embargos, que o pessoal já me questionou. Depois que essa área foi embargada, aproximadamente em março, abril de 2020, começaram os desmatamentos na Ponta do Socó, primeiro foi esse embargo aqui da ponta, depois uma operação de maio foi embargado o resto da área. O embargo foi feito em nome de um autor desconhecido, que até então a gente não sabia que o RIP pertencia ao Anchieta. Então, como o embargo está feito em nome de um autor desconhecido e o ICMBio não publicou esse embargo no Diário Oficial da União, a pessoa que mexe numa área embargada com autor desconhecido, antes de ela ser multada por descumprir o embargo, ela tem que ser notificada a respeito do embargo.

Então, eu acho muito interessante, para vocês verem que a conversa é uma coisa boa. Com essa confusão toda do Cajueiro da Praia eu recebi o Fábio Jupi, recebi a Deputada Teresa Britto, recebi a Vivian, que está interessada na compra do RIP, recebi pescadores, recebi o pessoal da SPU e também o pessoal da Secretaria do Estado. E quando eu apresentei a proposta da criação do parque municipal, todo mundo achou a ideia legal. Isso que me motivou a trazer para vocês. Então, esse é o limite do parque municipal ou estadual, do monumento da Itã. Então, só botando em análise as embargadas. Quando a Vivian apareceu no escritório dizendo que tinha comprado a área, eu falei: oh, Vivian, legal, você está comprando a área aqui. De quem que é a área hoje em dia? Ela falou: é do Anchieta ainda, não consegui passar ainda. Então, me dá aqui o nome do Anchieta, que eu vou notificar o Anchieta, que a área dele está embargada. Porque, a princípio qualquer pessoa que mexe numa área de RIP que tem dono, o dono do RIP é que é o responsável. Mesma coisa o Jupi, disseram que estavam na mexendo na área, fez uma casinha lá, eu fui correndo e falei: olha Jupi, essa área aqui está embargada, eu estou vendo que você fez uma casinha, eu estou te notificando aqui para você não mexer mais nessa casa e que essa área está embargada. A partir daqui se tiver mais algum desmatamento nessa região, você pode responder por isso.

Agora, a questão de cerca, se a pessoa está cercando por que diz que comprou, isso já não é com o ICMBio. O ICMBio cuida da parte ambiental. Então, voltando aqui para a criação do parque. Essa aqui é a base do peixe-boi, que é do ICMBio. Então, qual é a ideia do monumento natural das Itãs? É pegar toda essa região em azul, passar para o estado ou para o município.

A princípio, pessoal, também é importante destacar isso aí, a gente tinha proposto criar um parque municipal ou parque estadual. A equipe de fiscalização que esteve aí em maio, disse para mim o seguinte: Adriano, não dá pra criar um parque municipal aí nessa área de Cajueiro da Praia. Por quê? No parque municipal ou no parque estadual, a categoria dessa unidade de conservação prevista por lei, ela exige que todos moradores que estão dentro dela sejam indenizados. Isso aqui, se a gente for nos Lençóis Maranhenses, só para vocês terem uma ideia da confusão que deu, vocês imaginam o que é criar um parque nacional com mais de mil pessoas morando dentro e

você ter que tirar as pessoas de dentro. Olha aqui, isso tudo são moradores nos Lençóis Maranhenses. Não dá. Então, foi a mesma coisa que me disseram de Cajueiro da Praia: não cria parque municipal aqui, porque você não vai ter nem dinheiro, e o governo não vai querer indenizar nunca essas pessoas que estão aí dentro. Cria monumento natural. Monumento natural é uma categoria de unidade de conservação feita para proteger recursos exuberantes e únicos.

Então, aqui a gente tem o Mangue de Botão em toda a costa de Cajueiro da Praia e tem aqui na região de Socó - os sambaquis, que são resquícios das civilizações indígenas. Esse é um patrimônio muito importante para ser preservado aqui na região do Cajueiro da Praia. E o monumento natural, ele admite áreas públicas e privadas. Então, por exemplo, aqui seria mais ou menos o BobZ, tem a moça do Manati. Vamos supor que a pessoa conseguiu um RIP aqui, ou então ela conseguiu uma área atrás do mangue. Com a legislação do monumento natural a pessoa pode fazer uma intervenção atrás do mangue, junto com a área da preservação. Então, podem existir propriedades particulares. É uma unidade de conservação mista, que geraria muito menos problema do que a unidade de proteção integral que foram criadas no Brasil aos montes, sem considerar as populações que moravam dentro dos limites.

Quais são as estruturas previstas em um parque municipal.. num monumento natural? - Desculpa - A primeira delas seria, e que se não em engano já faz parte do RIP da prefeitura.

Você não tem a imagem aí, prefeito, do RIP para mostrar para o pessoal?

Deixa eu pegar aqui no meu WhatsApp aqui, o Marcelo me passou ontem. Aqui olha, é assim que está o RIP hoje em dia, a área em vermelho é do Anchieta, que é a área que a Vivian está querendo comprar, e a área em azul já é do município de Cajueiro da Praia desde 2009, eles chamam de Revólver. Vocês estão vendo que esse documento aqui não está muito bem legível, olha só como está os limites do RIP da SPU. Esses *deficiti* eles são todos aproximados, isso que eu estava contando a respeito da consultoria .

Mas assim, essa área azul hoje em dia já é de propriedade do município de Cajueiro da Praia, e vocês podem observar também que a área que eu estou propondo

para o parque, para o monumento natural não é do município, nessa parte aqui, por exemplo, está no RIP do Anchieta e nessa outra parte não está nem no Anchieta e nem na prefeitura. Então, a prefeitura tem que solicitar para a SPU essa área do monumento natural.

Então, o que teria no monumento natural? Aqui no número 2 seria um mirante, não sei se algum de vocês chegou a conhecer o Sr. Heleno, nosso grande servidor do ICMBio que trabalhou muitos anos na base do peixe-boi, e nós perdemos ele para Covid, em duas semanas ele acabou falecendo pela Covid há uns três, quatro meses atrás. E o Sr. Heleno, quando ele viu essa proposta do monumento natural, ele falou para mim: "Adriano, já que você vai fazer um monumento natural, coloca aqui na Ponta do Socó, mais ou menos aqui, esse não é local exato, isso é uma concepção. A gente vai precisar também de um técnico pra fazer a vistoria de como seria essa implementação. Mas o Sr. Heleno, me sugeriu para colocar aqui o mirante, tanto para ver o pôr do sol, como para ver o peixe-boi, como também fazer a observação de aves.

Então, aqui seria o mirante, aqui seria o estacionamento e a praça da família cajueirense, porque nas outras praias que aconteceram no Piauí e em vários lugares também do Brasil, não sobrou espaço para a população nativa, só sobrou espaço para as grandes propriedades privadas. Então, aqui seria uma praça exclusiva da família cajueirense, com brinquedos de madeiras, painéis interpretativos, enfim, campos de futebol, vôlei de praia, um espaço para a família cajueirense.

Aqui seria, aqui já é hoje em dia, todo mundo conhece lá o projeto de Cajueiro da Praia, o maior cajueiro do mundo. Essa em laranja seria a trilha que ligaria a praça da família cajueirense ao projeto peixe-boi, emenda aqui na Trilha das Goiabeiras, vai até o mirante, depois ele volta para a praia e vem passando entre o mangue e a área protegida até chegar no Cajueiro Rei; e do Cajueiro Rei segue até o Porto da Lama, onde o pessoal lá que vai ter as pesqueiras pode fazer os passeios pra Ponta das Almas.

Então, assim, basicamente é isso, é um monumento natural pequeno, tanto para a instalação, vocês veem aí que uma trilha ecológica dessas, com um custo irrisório para o governo, ou até mesmo para o município, o mirante também acredito que não seja um investimento muito alto pra um governo estadual. E os benefícios de uma área

protegida como essa, que ficariam livres da invasão de casas, barracas e outras coisas que aconteceram em outras cidades do Piauí, seriam enormes. Eu acho que é isso, deu para ter noção. Se alguém tiver alguma pergunta agora, acho que pode ser feita.

São 51 hectares o monumento natural inteiro. Pessoal, só para se identificar e fazer a pergunta.

SR. MAURÍCIO - Sou Maurício do Ministério Público Estadual - Esse RIP do município já está matriculado em cartório?

SRA PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - O prefeito pode responder? O Dr. Maurício perguntou se o RIP dentro desse revólver aí que a União já fez o termo de cooperação, se já tem matrícula no cartório de Luís Correia. Cadê o prefeito? O vereador sabe responder? O advogado sabe responder?

SR. THIAGO - Bom dia a todos!

Em relação ao RIP da SPU, ele data do registro, o Adriano falou 2009, mas é 2008. Em relação a registro dentro de cartório, somente o cartório de Luís Correia pode nos fornecer essa informação. Mas desde 2009, ele já faz parte do patrimônio da União.

SR. MAURÍCIO (Representante do MPE) - O município nunca levou o registro para a imobiliária - o RIP.

SRA. PRESIDENTE(Teresa Britto -PV) - Você quer fazer mais alguma pergunta ao Adriano?

Tem mais alguém que deseja fazer alguma pergunta?

SR. JURACI (participante) - Dr. Adriano, me diga uma coisa: O que vai acontecer com as pessoas que foram embargadas e estão continuando a cometer o crime ambiental?

DR. ADRIANO DAMATO (Representante da ICMBio) - Senhor Juraci, as pessoas que foram notificadas, porque assim, durante a vistoria dos embargos é feito um registro de como a área está. Quando eu fui lá agora semana passada, eu tirei foto de toda situação, registrei e notifiquei a pessoa que estava embargada. Se houver mais desmatamento do que já estava, a pessoa vai receber uma multa de descumprimento de embargo, que é uma multa de 20.000,00 (vinte mil reais), uma multa pesada e, é também um crime federal. Só que é o seguinte: como eu notifiquei também o Anchieta, ele

também vai ser autuado, porque se tem alguém invadindo a área dele ou então cercando a área dele e desmatando, e ele é o dono do RIP e não está fazendo nada, ele tem que ser multado também. Então, como ele já foi notificado, eu notifiquei três pessoas. o Vile que estava colocando placa de venda de área particular lá no Socó, eu pedi para ele na notificação que retirasse todas as placas no Socó no prazo de 15 dias, que acaba depois de amanhã; depois de amanhã eu vou lá, se tiver placa do Vile no Socó, ele vai ser autuado em 20.000,00 (vinte mil reais), por quê? Porque está incentivando as pessoas a acreditarem que um dia isso vai ser regularizado. A mesma coisa do Fábio. "Fábio, esta casa aqui estou te notificando: não amplie esta casa, não desmata mais nada, porque se você desmatar a multa é de 20.000,00 (vinte mil reais). Anchieta, tome providências do seu RIP, porque se alguém invadir lá e desmatar, o senhor está sendo notificado, que a área está embargada e vai receber também a multa de 20.000,00 (vinte mil reais). Esse é o procedimento que eu pedi mais correto nessa situação.

SR. PRESIDENTE (Ziza Carvalho - PT) - Adriano, você terminou a sua apresentação? Eu vou passar a palavra para outros expositores, depois voltamos para discutir e irmos para as perguntas e abrir para todos que querem se manifestar.

Concedo a palavra para o Senhor Manoel, presidente da Associação dos Moradores do Morro Branco.

SR. MANOEL SILVA SANTOS (Presidente da Associação dos Moradores do Morro branco) - Neste momento, eu quero me apresentar, eu sou Manoel Silva Santos, presidente da Associação dos Moradores do bairro Morro Branco e Cajueiro da Praia.

Quero saudar todas as mulheres na pessoa da nossa Deputada Teresa Britto, saudar todos os homens na pessoa do nosso prefeito de Cajueiro da Praia, Dr. Felipe Ribeiro.

Gostaria que neste momento estivesse presente aqui também representante do Patrimônio da União, para que pudéssemos fazer algumas perguntas para ele, referentes à existência de RIP na região, inclusive os dois, da família Cajubá e esse outro que surgiu. Queríamos saber a forma como eles estão fazendo esses RIPs.

Eu quero falar um pouco da minha situação que tenho passado, das agressões que tenho passado e que o Morro Branco tem passado de 2014 para cá. O Morro Branco

já existe há mais de 150 anos de famílias tradicionais, de 2014 para cá apareceu proprietários de RIP a qual oprime o povo com jagunços, amedronta, invade as terras, toma as terras do povo, é essa situação que passa o povo do Morro Branco. Exibe armas, eu sou vítima, eu sou a vítima, morando ali na casa do meu sogro, e naquele momento que eu me encontrava ali, fui surpreendido pela família Cajubá tentando me oprimir, tomar tudo aquilo que a gente tinha ali, que a gente conquistou durante uma vida - uma moradia e um sítio. Foi isso, um sítio simples, simples que nós tínhamos ali e eles chegando na tentativa de oprimir a gente, de tomar tudo aquilo, ameaçaram passar por cima de mim com trator, me ameaçaram com arma, tentaram ir na prefeitura a procura de me tirarem dali, todo tipo de ameaça que você pode imaginar, eu sofri ali naquela região, pela família Cajubá.

Na frente da justiça, do juiz, na audiência de reconciliação que foi marcada, eles ali também se fizeram de vítimas, se fizeram de vítimas, quando eles eram quem me agrediam. Ali eles tentaram cortar minha luz, que eu não sei qual é a razão que tem para a Equatorial cortar a luz de um usuário que tem a energia na sua casa e precisa, eles virem cortar a luz quando estava tudo em dia. O pagamento tudo em dia, a luz mais de 2010, fui agredido pelos policiais, tenho as fotos aí, as agressões, me agrediram, porque eu não queria deixar. Como eu não aceitei, eles tomaram a minha residência, partiram pra cima da família; as outras, minha cunhada cortaram a luz da casa dela, da Maria José, cortaram a luz da casa da Maria das Dores, e assim eles queriam fazer com todo o povo do Morro Branco, o que não aceitasse eles tomarem, ser do jeito deles, eles mandavam cortar a luz para deixar logo no escuro, tudo uma tentativa de querer expulsar os moradores do Morro Branco dali. Chegavam com os jagunços para derrubar as cercas, eu fui uma das pessoas que filmei os jagunços, os carros deles e eles me ameaçaram de foice. Está ali uma testemunha, eles correndo, querendo correr em minha direção com foice na mão e a ordem dos jagunços era para matar mesmo, cortar mesmo a gente. Está aqui uma testemunha, que é o meu vizinho lá - o Sr. Juriti.

Olha, meu amigo, a situação é difícil do povo do Morro Branco, que a gente vem passando. E a gente já denunciou, o Ministério Público já tem conhecimento, a CGU já tem conhecimento, o MEC já tem conhecimento, porque eu denunciei, eu mandei a

documentação, pedi providências, que parassem com as agressões ao povo do Morro Branco. Como eu coloquei na justiça, aí eles pararam um pouco de agredir a população, mas continuaram fazendo a mesma coisa com outras pessoas. Invadiram a terra do Sr. Santos, tomaram o quintal dele, o quintal que é do homem há mais de 70, 80 anos; tomaram a terra do Sr. Elias, invadiram os terrenos daquele povo que tira o sustento daquela terra e deixaram no escuro desde fevereiro de 2019 até o presente. Até hoje nenhuma providência foi tomada pelos órgãos públicos. O Ministério Público tem conhecimento da situação que nós passamos, por que a Equatorial foi cortar minha energia, se eu estava em dia desde 2010? O sofrimento não é deles não, o sofrimento é meu e daquele povo que está ali, viver sem energia nos dias de hoje. Naquele momento, eu sou obrigado, estou com três anos, pessoal, vai se aproximando de luz cortada, me lumando com querosene, com óleo. Quem quer passar ao menos um dia sem energia? O meu freezer está desligado, eu deixei até uma certa distância de ir pescar, porque não consegui mais. E recebo ameaça da família Cajubá encima do povo do Morro Branco, com o RIP total irregular, ameaça de revólver, ameaça de foice, ameaça de passar trator, ameaça de tomar, jagunço lá como todo mundo ver nos vídeos, intimidando o povo, o povo que mora ali há mais 100, 150 anos, pessoal! Morro Branco é a maior praia e talvez bairro e distrito que fica no Cajueiro da Praia e do Piauí que tem mais Coqueiro! mas não foram plantados pelos donos do RIP não, viu? são plantados pelos nativos, pelas famílias tradicionais, todo aquele plantio foi feito por eles, como é que agora chega um dono de RIP dizendo que é deles? Como eles chegam no meu quintal lá de casa? Como é que agora eles chegam com uma conversa dessa? Se eles nunca plantaram lá nem um pé de capim, e que ninguém conhece eles lá. Lá nós só conhece um - Cajubá, que era um dotorzim, um cidadão que é advogado. Ele tinha um terreno perto da minha casa, vivia no meu quintal, mas porque ele comprou, comprou de um outro nativo, o nativo passou a preferência de posse para ele, não é porque ele era herdeiro nem dono de RIP, não.

É uma situação difícil a do povo do Morro Branco até o presente. São momentos muito difíceis que nós temos passado de 2014 para cá. Mas, na verdade, nós gostaríamos de saber mesmo é como é que é feito esse RIP? Como é que o SPU faz esse RIP? Porque o RIP deles eu sempre bati na tecla e disse: está irregular, está fora da

lei. Como falou o cidadão aqui do ICMBio, é muito velho o SPU, mas a lei foi de 46 para cá; se a lei foi de 46 pra cá, ele tem que se adaptar à forma da lei, não dá RIP de qualquer forma não! Dê RIP na forma da lei. Olhar se o cidadão realmente usa a terra, de acordo com instrução normativa, é 80% que você tem que ocupar o RIP; se tem o RIP tem que ocupar 80%, você tem que produzir, você tem que zelar, você tem que plantar. De acordo com a instrução normativa nº 4/2018, ela fala do abandono da terra. Se tem coqueiros de tamanho com mais de 50/60 anos, uma população que tem lá de mais de cem, cento e tantos anos, isso representa o quê? Mais de 90 famílias no Morro Branco? Representa um abandono que eles não cuidaram daquilo que deram pra eles, eles tem um RIP que não cuidaram. Embora seja mais um RIP de forma irregular, porque eles não têm latitude e longitude. Se procura de onde é que começa, onde é o fim desses RIPs, não se encontra. Começa lá na beira da praia, vai até não sei aonde, é um mapa informal, não tem coordenadas, não tem pontos para gente detectar o lugar, começa daqui e termina aqui.

É inadmissível o que se vê. Gostaria que os representantes do Patrimônio da União estivessem aqui para ouvir, para gente fazer essas perguntas - como é que eles estão fazendo esses RIP? Como é que eles estão dando? Se não bastasse, hein? RIP da família Cajubá. Em 2012, com 27 débitos! Olha aí, que compromisso eles tem com a União, 27 débitos. Está no documento que eles postaram lá, que é inventário deles. O SPU sabe disso, porque o SPU tem isso lá, no inventário, o RIP com 27 débitos. Em 2008, e só foi cancelado em 2012. Mas em 2008 esse RIP com 27 débitos, o que aconteceu? Sancionaram, sancionaram o RIP. O RIP que de acordo com a lei, era para estar extinto, era pra estar cancelado, não era para fazer mais nada.

Nós temos aqui Decreto-Lei de Nº 4.120 de 1942, que diz assim: " Se no fim de três anos, é o artigo 1º Paragrafo Único, se no fim de três anos o enfiteuse não tiver realizado o aproveitamento do terreno, conforme se obriga o aforamento concedido, foi concedido a ele, ficará automaticamente extinto. Se você deve e não cumpriu com o seu compromisso, se você não planta, não faz nada, não produz, para que tu quer RIP, rapaz? Só pra criar mato? Dá a terra pra quem trabalha, rapaz! Aí vem o quê? A fiscalização, cadê a fiscalização do STU? Dá o RIP e não vai lá fiscalizar? Atualizam um RIP e não vai

fiscalizar, ver quem mora? Dá um RIP, atualiza com uma quantidade de gente para serem escravos do proprietário? E aí quer o quê? Quer que a gente diga o quê? O SPU quer que a gente fale o que dessa situação? Meu amigo, eu vou ler aqui o artigo 7º da Lei Nº 9.636, ele fala sobre isso assim: "A inscrição de ocupação a cargo da Secretaria do Patrimônio da União é ato administrativamente precário e resolúvel, a qual tempo que pressupõe o efetivo aproveitamento do terreno pelo ocupante, rapaz! Quem é que ocupa? É o dono do RIP, é? Ou você que planta, você que tem, seja os RIPs dos Cajubás, seja esse RIP esse que surgiu agora do Cajueiro, que também atinge os moradores do Morro Branco, que também atinge. É você que planta, é você que cuida de toda essa área de terra, de 80%. Mostra SPU a ocupação. Desse povo lá? Eles não tem ocupação, eles invadem, querem tomar o que é do povo, cercado dos nativos, das pessoas que tem pouca informação dessa área jurídica, dos seus direitos. É inadmissível o que a gente vê!

Ainda diz mais aqui: o inciso I - ele diz assim: "É vedada a inscrição de ocupação sem comprovação do efetivo", rapaz! É clara a lei, se você não ocupa, é vedado. Você não pode ter RIP, se você não ocupa, se você não produz, se você não trabalha, se você não constrói dentro daquela área, rapaz! Essa é a forma da lei. E por que o SPU dá RIP para esse povo? Por que o SPU dá RIP para essa gente? Qual o incentivo disso? É difícil, é difícil a gente ver essa situação que estamos passando em Morro Banco, no Cajueiro da Praia.

Vamos ver aqui uma parte do artigo 31 da Instituição Normativa Nº 4, de agosto de 2018. Ela fala sobre o abandono do imóvel.

Artigo 31 - "ainda são casos de revogação e cancelamento. A inscrição de ocupação depende do caso de inadimplência do pagamento das taxas de ocupação por três anos. Três aninhos você ficou sem pagar os seus compromissos com a União, o RIP, você já perdeu, ouviu? E quatro anos de forma intercalada.

Então, é isso se é com três anos, o RIP desse povo com 27 anos, fracionaram o RIP, fracionaram o RIP. E agora em 2019, eu entrei com uma ação que ainda tem dessa fração de RIP, RIP que não pagou, RIP que não cumpriu com seus pagamentos e querem ser os donos da terra. O STU dá declaração dizendo que eles podem fazer o que quiserem com o RIP, com a área de terra, podem vender, podem trocar, pode botar

nativos para fora, podem fazer o que quiserem, rapaz! Como é que o SPU fica dando declaração para esses caras, dessa forma? Se agora em 2019 eu entrei com uma ação contra essa senhora chamada Maria do Rosário Brito Vaz, que quer tomar meu quintal, quer tomar meu cercadinho. O que é isso, rapaz? É uma coisa inadmissível! O que diz aqui a certidão de inteiro teor do imóvel, que ela se diz ser dona, mas o dono lá sou eu. O dono de lá sou eu, quem mora lá sou eu, é a família da minha esposa, que é a proprietária, foi eles quem fizeram, foi eles que cuidaram. Vamos ver o que diz a certidão:

"Certificamos ainda para que o imóvel acima identificado de Maria do Rosário Brito Vaz, existe débito em processo de inscrição. Existe débito, rapaz! Tem que ser cancelado esses RIPs tudinho, tem que ser revogado esse RIP do Cajueiro, esse RIP do Morro Branco, que atinge aquele povo ali, tem que ser revogado na forma da lei e, é justo que seja, porque quem tem direito ali é o povo que mora, o povo que trabalha, é o povo que planta. Nós queremos as terras do Morro Branco, para morar e plantar como nós sempre fizemos, rapaz! Nós queremos essas terras para morar e plantar como nós sempre fizemos. Outra vez chegou lá um tratorzão, derrubou o cercado do Luis, todinho, cheio de maniba. Que tristeza uma coisa daquela, de um pobre daquele, uma pessoa humilde, um pescador que usa agricultura para usa de uma renda complementar! O trator chega, passa por cima de tudo, passa por cima de cerca, passa de cima da roça, passa por cima de tudo. Chega no cercado do meu sogro derrubou a cerca que cercava o cajueiral todinho, está lá no aberto, tudo no aberto. Isso foi mais ou menos em 2016. Agora há pouco invadiram o cercado do Santos com jagunços. Rapaz, é um desacato meu povo! Um desacato, não se resolve as coisas em um toque da bala não, tem que se resolver as coisas é na justiça, é com democracia, é na forma da lei. Se a lei disser que eu tenho direito, eu tenho direito, se lei disser que eu não tenho, eu não tenho. Pronto, terminou, na é da forma com agressão com o povo não. O povo de Cajueiro, mais o povo do Morro Branco vivem intimidados, ninguém vem para ser testemunho de ninguém, eles têm medo de perder a casa, eles têm medo de ser cortado a energia, eles vivem intimidados ali, aquele povo com a família Cajubá, é agredindo, é ameaçando toda hora.

Eu peço as autoridades competentes, vamos tomar as providências, não é um nem dois, é o povo, é uma comunidade, é uma cidade que está pedindo socorro!. Muito obrigado, pessoal, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Nos solidarizamos aqui com a emoção do Senhor Manoel, com todas as famílias da lá. Conte conosco, Senhor Manoel! Este povo aqui todo, conte com este povo todo aqui, certo? Inclusive as instituições, Prefeitura, Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa. Tenho certeza que a Dra. Áurea do Ministério Público Estadual, porque nós temos também que ver o Ministério Público Federal, porque a área é federal, Interpi, todos conte conosco, o Senhor não está só nessa luta não, ouviu?

Convido para fazer o uso da palavra o Dr. Raimundo Eugênio, que é um estudioso na área de regularização fundiária. E em seguida, nós vamos chamar os técnicos, chamar o prefeito, chamar o Dr. Francisco Lucas, chamar Dra. Áurea, a Semar, que se manis festar, a Rede Mata Atlântica.

Com a palavra o Dr. Raimundo Eugênio, ele já foi procurador do município de Teresina por dois mandatos consecutivos, um grande estudioso na área. Muito obrigada pela sua presença aqui conosco, Dr. Raimundo Eugênio.

SR. RAIMUNDO EUGÊNIO (Procurador) - Bom dia, pessoal! Primeiramente, as palavras da Deputada Teresa Britto, elas aumentam e muito a pequena figura que estar aqui na frente de vocês. O que ocorre? Eu tomei conhecimento da situação do município de Cajueiro da Praia e, já tenho convivência com a área da União. No começo da década de 2010 para cá, o município de Teresina vem implementando, como muito de vocês sabem, o Programa Lagoas do Norte, aqui no extremo norte da área urbana do município de Teresina. Nós temos a área da União e que o município em convênios com o Ministério de Planejamento vem implementando ali uma urbanização naquela região. E ali a gente já tinha também experiência na região do bairro Mocambinho, nós já tínhamos experiência a margem do rio Poti e a margem do rio Parnaíba, pra vocês terem ideia aqui, não sei quem mora na região da Ilhotas, tanto por um lado, quando pelo outro lado, na Raul Lopes e na Marechal Castelo Branco. Então, isso não é uma questão rara, é uma questão comum para quem está nos municípios que estão em terreno de marinha.

Fui consultado sobre essa situação de Cajueiro da Praia e lá, obviamente, deparei-me de início com o que o Senhor Manoel falou sobre a Instrução Normativa Nº 04 do Ministério de Planejamento, que hoje faz parte do Ministério da Economia. E ali indica que havendo terreno de marinha é simples: tem que haver uma ocupação útil, ou seja, é o próprio domínio útil da pessoa que está ali e vai ter o RIP, porque o domínio direto será sempre da União. O domínio direto é indiscutível, é da União. O domínio útil que é a posse, é de quem está morando, é de quem está utilizando aquela área, obviamente que não pode ser uma área de preservação ambiental que obstaculize, como o caso de mangues ou que essa área não permita que haja intervenção humana sobre ela em qualquer atividade ou para moradia ou comercial ou industrial.

Mas o que mais causou estranheza é o próprio município de Cajueiro da Praia, que eu reputo ser uma área estratégica para o Piauí. Estratégica por quê? Porque é uma área que traz uma economia para o turismo, como a própria deputada falou, nós temos lá em Cajueiro da Praia em torno de sete mil habitantes, de acordo com o último levantamento do IBGE, e que em determinados períodos essa população triplica. Ali tem Barra Grande, que é uma área que está sendo exponencial para o Estado do Piauí e que está despertando o olhar para todo o país, para quem procura terras novas para o turismo.

A área urbana do município de Cajueiro da Praia está registrada em cartório? É a primeira pergunta que tem que ser feita. Existe um registro dessa área urbana? Por quê? Porque no próximo censo do IBGE, será que essa população ainda vai ser de sete mil habitantes? Se a população for maior que 20 mil habitantes? Procurem na memória o que aconteceu naquela região nos últimos dez anos, o que aconteceu lá? Será preciso, obviamente, o plano diretor do município de Cajueiro da Praia. O município de Cajueiro da Praia, que está se expandindo com a atividade econômico esplendorosa, que está despertando os olhos de outras regiões do país, obviamente que ela precisa de um ordenamento urbano e ela precisa do seu plano diretor.

Então, são essas questões que eu passei a quem me consultou e digo mais, o RIP tem que atentar, como o Sr. Manoel falou, não só para a posse, mas tem que atentar também para o interesse social, para o interesse público, e também, e por que não para o

interesse econômico para todo o Estado do Piauí? Porque a indústria do turismo é uma das indústrias que mais movimenta riquezas para o estado do Piauí.

Eu estava hoje, Deputada Teresa Britto, lá no meu escritório, cuidando de uma região que está... por coincidência, falei para os meus colegas: eu estou cuidando aqui de Uruçuí, lá no extremo sul, estava cuidando de algumas questões de posse lá no cerrado. E eu brinquei: estou indo agora do sul para o norte. E o Piauí, se vocês observarem, peguem o mapa do Nordeste e vocês vão ver que, salvo engano, depois da Bahia, o Estado do Piauí, batendo com o Maranhão, são os que tem maior território geográfico. Então, o que eu tinha que falar, é que não só, Sr.. Manoel, a questão do RIP, tem que ver a questão da posse, da ocupação de quem está morando, de quem está ali produzindo comercialmente, economicamente. Mas tem também que ver a questão, deputada, que eu acho que leva a toda Assembleia Legislativa e ao Ministério Público, tem que ver a questão da economia do Estado do Piauí. E uma pergunta que ficou aqui, patente, logo no início - o município de Cajueiro da Praia está registrado no cartório? Essa pergunta tem que ser respondida, certo? . Estou à disposição, pela minha experiência que eu tive e que estou tendo há trinta anos na Procuradoria do Município de Teresina, o município de Teresina também tem área de marinha, e estou à disposição para ajudar as autoridades do legislativo piauiense e a quem desejar contar, pelo menos, com a minha experiência ao lidar com essas áreas de marinha.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Agradecemos a contribuição do Dr. Raimundo Eugênio.

Convidamos para fazer uso da palavra o vereador Dênis Pescador, representando aqui a Câmara Municipal de Cajueiro da Praia. Mas também se o vereador Jefferson quiser falar, nós vamos conceder a palavra para o senhor - os dois vereadores.

Queria convidar a Dra. Áurea para subir para cá, o Ministério Público, a representante da Semar também, Sr. Manoel, os vereadores, Dr. Francisco Lucas.

Com a palavra vereador Dênis Pescado

SR. DÊNIS PESCADOR - (Vereador de Cajueiro da Praia -) Bom dia a todos, em nome da Deputada Tereza Britto, cumprimentar os deputados presentes. Deputada,

eu não poderia faltar a esta audiência tão importante para aquele povo tão sofrido do nosso município. Ultimamente, Cajueiro da Praia virou notícia, até nacional, uma notícia ruim, notícia não muito boa e o povo daquele lugar assustado.

Eu recebo várias pessoas na minha residência, dizendo: Dênis eu vou perder minha casa, eu vou perder. Então, essa pessoa eu acho que deveria até estar aqui para dar uma explicação, dizer, a gente tem que ouvir os dois lados; mas infelizmente, ninguém da SPU veio, nem ele veio. Então, nós temos que dar tranquilidade para aquele povo. E nós como somos representante lá, a gente vai brigar por essa causa, brigar para defender os mais pobres, os mais humildes, para isso a gente foi eleito.

Então, deputada, eu quero aqui agradecer o empenho que você tem feito pelo nosso município e continue brigando por aquele povo, um povo sofrido, humilde, o povo só tem a agradecer. Eu sou filho de lavador, nasci ali, me criei e já estou no segundo mandato e a gente fica assustado, de uma hora para outra aparece um dono de Cajueiro da Praia. Deputado, Dr. Hélio conhece muito bem aquela região ali, muito tempo ele anda ali e, é de ficar assustado mesmo, o morador que não tem muito esclarecimento, fica preocupado: Será que eu vou perder minha casa? Então precisa do apoio de todos nós. Então, eu não vou me alongar muito, eu quero aqui agradecer mais uma vez o convite da deputada e meu muito obrigado, nós estamos aqui para isso, para defender o povo.

SR. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Obrigada, Vereador Denis, é muito importante a participação da Câmara Municipal.

Gostaria de convidar a Dra. Juliana Noleto, ela é do Gercog.

DRA. JULIANA MARTINS CARNEIRO NOLETO (Promotora do MPPI) - Bom dia, sou Juliana Noleto, coordenadora do Gercog desde julho, que é um grupo de apoio à Regularização Fundiária e Combate à Grilagem. Evidentemente, que esta audiência pública diz respeito à matéria afeita ao Ministério Público Federal, mas nós fizemos questão de participar, não só para reafirmar nosso compromisso com a sociedade de uma forma geral, estaremos sempre apoiando o Ministério Público Estadual em tudo que diz respeito ao bem-estar da sociedade, do meio ambiente. E também para manifestar a satisfação com a palavra da Deputada Teresa Britto nesse entusiasmo da regularização

fundiária. Nós somos convictos de que todos esses atritos poderiam ser evitados ou gravemente minimizados se nós conseguíssemos efetivar a regularização.

Justamente baseada nisso que recentemente nós lançamos o Projeto Reurb, que acredito já tenha chegado ao conhecimento da Assembleia, que objetiva justamente promover de forma simultânea em todo estado, a regularização urbana. E vendo o entusiasmo da senhora, pedimos, inclusive que esse apoio se estenda aos demais municípios, de fato, salta aos olhos a questão da grilagem, dessa violência em torno de terras no sul do Estado, principalmente na região do agronegócio e no litoral piauiense, que são os dois maiores focos no Estado do Piauí, justamente as áreas com maior potencial de rentabilidade.

Nós manifestamos nossa solidariedade a todas as pessoas que estão passando por esse momento de dificuldade e reafirmamos nosso compromisso de agir em prol da solução desses conflitos. Concordamos também com a fala, acho que foi do Dr. Adriano, que disse que isso é uma falta de conversa. Tudo no Ministério Público, já começando com o Dr. Maurício, que foi o coordenador anterior, sempre foi no sentido de reunir esforços e, a gente anda muito de mãos dadas com o Interpi e temos conseguido bons resultados. E eu acho que é assim, esse diálogo constante, a tentativa de soluções muitas vezes até não judiciais, às vezes a conversa resolve de forma mais eficiente do que judicializada.

É isso, parabéns pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Agradeço a Dra. Juliana, é muito importante esse compromisso com o Ministério Público.

Convidamos para fazer uso da palavra, eu vou pedir quem não é das instituições, vou chamar o Dr. Maurício Gomes, que já tem um trabalho bem profícuo nessa área de regularização, inclusive de monitoramento, para fazer uso da palavra, ele já é técnico na área .

DR. MAURÍCIO GOMES - Bom dia. Saúdo a mesa em nome da Deputada Teresa Britto, agradeço demais a oportunidade, deputada, fico muito feliz com o envolvimento da Assembleia Legislativa sobre esse tema. A Assembleia juntamente com o Governo Estadual já tem um tempo que enfrenta essas demandas notadamente no sul do

Estado, onde primeiro se ouviu falar de conflito fundiário com potência para ter uma repercussão social, infelizmente foi no sul do Estado e, isso é uma realidade que hoje ela está sendo enfrentada de uma forma técnica, de forma juridicamente aceitável e com pacificação rural.

Eu não posso deixar de ressaltar que a pessoa que se articulou como o pioneiro foi uma grande mente por trás de todas essas ações, que o Executivo junto com a Assembleia Legislativa iniciaram, com relação a regularização fundiária que hoje é um sucesso. O Piauí, deputada e presentes, é um exemplo de Matopiba, em relação à regularização fundiária. Bahia, Tocantins copiam o Piauí, então o nosso know how está além das nossas fronteiras que merecem replicar no norte..

Eu quando comecei essa questão de tratar sobre a regularização fundiária e o problema que virá é o norte. Nós olhamos para o sul, onde tratamos 100%, são 100 metros por 100 metros. Um problema que teremos e será pelo metro quadrado ali no norte, que a metragem é no metro quadrado. E quanto é o metro quadrado na beira da praia? E não é só isso, deputada, o Estado hoje tem uma ação que está prestes a ser homologada pelo Supremo Tribunal, que vai ter um novo problema, que são as fronteiras com o Ceará, um potencial econômico eólico gigante.

Então, assim, esse *know how* que o Dr. Chico trouxe através do Interpi em parceria com o Ministério Público e Poder Judiciário, a Corregedoria, o Tribunal de Justiça está envolvido também, o Ministério Público está envolvido com nosso grupo de regularização, ele serve não apenas para o sul, ele deve ser reaplicado no norte e onde houve conflito fundiário.

Então, eu fiquei muito feliz, deputada, com os seus encaminhamentos em relação ao Ministério Público Federal, eu acho isso muito pertinente, que haja uma provocação da PGE em relação a essa matéria, da mesma forma que haja uma provocação do Ministério do Planejamento em relação à SPU, os órgãos precisam conversar.

Ontem, eu assisti à discussão do orçamento do Estado, e a Seplan, a secretária Dra. Rejane, ela fez uma observação muito pertinente: - nós temos que pensar regionalmente, ou seja, o desenvolvimento regional do nosso Estado gera riqueza, pensar

Cajueiro sem pensar a região norte, atenta ao bom planejamento.

Então, o turismo como se disse aqui, é uma das indústrias que mantém países, Dubai é mantida, hoje é petróleo, mas mudando o eixo para turismo, porque o petróleo vai acabar. Então, assim, turismo é uma indústria e, isso tem que ser abraçado pelo poder público. Ou seja, nós temos hoje no Cajueiro da Praia um dos litorais mais bonitos do país, reconhecido internacionalmente. Então, precisa ser enfrentado. E eu proponho aqui, abraçando o encaminhamento que a senhora fez, até faço em nome da Assembleia, sugiro, essa provocação PGR, para que o MPF venha se representar aqui, essa provocação Ministério do Planejamento, para que a SPU venha participar disso aqui, que em tese os títulos que estão dando hoje esse conflito não foi o Estado do Piauí, foi a SPU, então que ela venha explicar e que a União seja chamada a participar da solução. Sugiro que a Assembleia pense na possibilidade que foi proposta aqui pelo ICMBio, que a Assembleia pense num encaminhamento, e eu faço logo a sugestão à Mesa, em discutir como encaminhamento uma discussão que não seria oportuno se declarar a área delimitada como um monumento por lei estadual. Ou seja, é uma sugestão para a Assembleia discutir. Porque a questão é: precisamos enfrentar o problema, quanto mais se postergar uma solução efetiva, mais conflito haverá, mais pessoas serão retiradas de suas casas e, isso depõe contra o Estado, contra a sua segurança pública, isso depõe contra o Estado quanto ao ponto tributário, ou seja, se há uma segurança fundiária, quanto vai valer o metro quadrado? Se hoje vale muito, com todo um conflito fundiário por trás, imagine quando ele estiver resolvido. E aí ganha a arrecadação, o município ganha, o IPTU, todo o sistema ganha com a regularização.

O Dr. Cleandro, nosso procurador-geral de justiça, destacou um projeto que é Reurb S, conforme a Dra. Juliana comentou, foca na regularização urbana fundiária social dos municípios, da área municipal. Desde já a gente pede o apoio da Assembleia, estamos discutindo orçamento, não se faz uma política pública sem orçamento, precisamos do apoio dos municípios para que faça uma adesão não apenas ao projeto, mas à própria política de regularização fundiária. Eu indaguei aqui o município já levou a registro o seu patrimônio? não se sabe. Desde 2008 com o RIP não se sabe se isso foi levado a registro. A União tem a matrícula? Espero que sim, espero que a União tenha a

matrícula dessa área que ela até já gravou. Enfim, são essas questões que precisam ser enfrentadas.

"Ah, mas historicamente nunca se precisou"! E precisa quando se tem valor. As terras do sul não tinham valor nenhum, hoje são as áreas mais valiosas da Matopiba. Da mesma forma, as praias que ontem eram desertas, tendem a ser

mais valioso do Nordeste. Então, precisamos enfrentar, deputada. E fica aqui nosso apelo e nossa sugestão de encaminhamento, ou seja, que efetivamente a Assembleia analise a possibilidade de fazer essa declaração de monumento e a solução proposta pela União pelo ICMBio quem se fez representar não é? Quem se fez representar em nome da União foi o ICMBio. A SPU não veio, o Ministério Público Federal não veio, quem veio em nome da União foi o ICMBio, que tecnicamente propôs uma solução, em tese não é custosa, é uma solução que permite uma parceria público privada, através de Oscips, o manejo na administração disso, na implementação disso que enfrenta a questão financeira e orçamentária. Então, assim é uma proposta a se enfrentar esse problema, precisamos enfrentar o problema e resolver da melhor forma possível para a população não está passando isso.

Da mesma forma, deputada, uma sugestão de encaminhamento, que a Equatorial explique por que cortaria o fornecimento, suspendendo o fornecimento de energia elétrica a posseiros, se a matrícula, ou seja, se a unidade consumidora das pessoas já existe. Com base em que ela está suspendendo? Então, que ela explique à Assembleia, que é a Casa do Povo, porque ela está suspendendo o fornecimento de energia elétrica a uma unidade consumidora adimplente. Por quê? Agora explique.

E eu agradeço por demais o convite ao Ministério Público Estadual, estamos à disposição. Isso já tocou o Gercog, eu era coordenador quando essa demanda do Cajueiro da Praia chegou ao Gercog e nós tivemos um questionamento com a justiça criminal. Porque como uma Apa, o crime ambiental em tese seria de natureza federal. E isso é um problema, na época a gente até discutiu isso, é um problema que vai tocar a questão urbanística. Hoje está havendo um crime de desmatamento irregular, que é federal, mas amanhã esse desmatamento vai virar uma ocupação irregular, uma desorganização urbana que seria estadual.

Então, a Reurb enfrenta tudo isso. Haverão umas áreas que serão destinadas a residências, áreas destinadas a indústria do turismo. Então, é imprescindível que o município abrace a regularização urbana da sua área e que efetivamente tenha e, eu digo isso na frente do Dr. Chico Lucas, eu tenho certeza que o Interpi é parceiro nisso, é parceiro nessa discriminação da área urbana. Tenho certeza que será parceiro na regularização desse registro imobiliário de Cajueiro da Praia.

Então, muito obrigado, deputada, pela oportunidade. Eu agradeço a atenção de todos.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Dr. Maurício, foi de grande importância sua contribuição, grande mesmo, e também seus encaminhamentos.

Convido para fazer uso da palavra, inclusive, ele vai até nos responder sobre a questão da matrícula do município, nosso prefeito de Cajueiro da Praia, Felipe Ribeiro.

Obrigada por estar aqui conosco, ter vindo e se preocupar com a situação do município Cajueiro da Praia.

SR. FELIPE RIBEIRO (Prefeito de Cajueiro da Praia) - Bom dia a todos! Quero aqui saudar a Deputada Teresa Britto, o Deputado Doutor Hélio, o secretário Chico Lulas, grande parceiro do município, é importante ressaltar, membro do Ministério Público, vereadores - Jefferson e Dênis Pescador, presidente da Associação de Morro Branco - Sr. Manoel, satisfação em lhe ver, ex-prefeito do município - Dr. Vicente Ribeiro que se faz presente, Cláudio Souza, ex-prefeito, moradores, um grande abraço.

É de suma importância esse diálogo hoje aqui que a Assembleia Legislativa propôs fazer. Essa questão fundiária, esse problema fundiário vem ao longo do tempo se arrastando. Nós que convivemos desde criança, vivemos essa problemática que existia, e agora mais evidente pelo nosso município está nos holofotes de todo mundo, todo mundo quer morar em Cajueiro, todo mundo quer ter um investimento dentro de Cajueiro da Praia. Não é só mais Barra Grande, que já está no top do mundo. Então, agora o pessoal está conhecendo Barrinha, Morro Branco e Cajueiro da Praia. Então, isso é muito bom para o nosso desenvolvimento, eu sempre prezo o desenvolvimento com segurança, principalmente, vamos dizer, com respeito aos princípios da população e aos princípios da hierarquia. Nós temos que respeitar, nós vivemos em uma área da União, em uma Apa,

que Dr. Adriano também, que eu quero para mandar um abraço, que é um parceiro no nosso governo. Enfrentamos desde o início de nosso mandato, parece que escolheram esse ano de 2021, para ter vários problemas no nosso mandato, pandemia, segurança pública também, que nós estamos enfrentando, mas graças a Deus, já temos hoje um alinhamento, e também essa questão de terras. Como bem disse, vem ao longo do tempo, mas não podemos cruzar os braços e se esconder dessa problemática.

Parabéns, Teresa Britto, por esta audiência. Aqui deveria estar o representante do Patrimônio da União, Dr. Marcelo, para dar mais explicações. Acredito que ele seria uma pessoa mais ideal para estar aqui explanando, vendo a realidade, mas também quero deixar bem claro o quanto o Dr. Marcelo é parceiro do município, sempre quando nos propõe ao Patrimônio da União, ele sempre de maneira flexível tenta nos esclarecer as circunstâncias dessa questão fundiária.

Vale ressaltar que peguei o município sem nenhuma documentação, praticamente peguei o município com a cadeira e com a mesa sem nenhuma documentação de nada.

Ao longo do tempo eu estou ficando a par da situação do município, é como se estivesse trocando o pneu andando, o carro em movimento. Então, eu gosto de perguntar, de saber da situação, e essa questão fundiária, logo no começo de meu mandato teve uma problemática, que o Dr. Adriano até ressaltou, a questão das pesqueiras de Porto da Lama. Eu vou pegar uma data do meio do ano passado, no começo da pandemia para cá teve uma, vamos dizer, uma onda de invasão no município, desmatamento, queimada. Isso abriu os olhos do Ministério Público e ocasionou essa derrubada das pesqueiras. Vamos dizer que, infelizmente, a corda quebrou para o lado mais fraco, a dos pescadores. Foram derrubadas várias pesqueiras, inclusive até relacionaram meu nome como prefeito de maneira irresponsável, como se eu estivesse de acordo com aquela derrubada, mas ao longo do tempo foi se esclarecendo a situação e mostrou a verdade. E como o Dr. Adriano falou com um trabalho bem efetivo da CIA, que é uma instituição muito importante e ativa no nosso município, a SPU e município conseguimos reaver a posse daquela área para os pescadores. Eu acredito que até o final do ano iremos marcar uma reunião, uma

audiência para todos os pescadores assinarem o TAC para poder assim terem direito novamente à posse daquela área.

É muito importante essa retomada, porque muita gente foi penalizada nessa ação e, ao longo do tempo vem se especulando situações imobiliárias. E nós como gestores não podemos fechar os olhos, sempre procuramos esclarecer a situação e, agora nesse momento aconteceu essa suposta venda desse RIP, que abrange boa parte de Cajueiro da Praia..

No mesmo momento que eu tive ciência fui com a Deputada Teresa Britto até o Patrimônio da União pedir explicações e, lá tivemos alguns esclarecimentos do Dr. Marcelo. Uma coisa que o Dr. Marcelo deixou bem clara - o RPI pertence ao Sr. José de Anchieta, na legalidade, vamos dizer, todos os trâmites ao longo do tempo foram legais. Essa transferência é que está, a meu ver, é um pouco duvidosa, isso aí não cabe ao município, cabe ao município como gestor prezar pela população, as pessoas que vivem na área, as pessoas que querem investir de maneira segura e regular, tanto na área do RIP desse José de Anchieta, como na área do RIP do Sr. Cajubá, também, que tem vários casos de discussões sobre essa posse.

Então, vendo isso é muito importante sairmos daqui hoje alinhados da situação e mais uma vez, é importante até ressaltar o quanto nós estamos preocupados. Já sentamos com o Interpi e SPU, já vamos fazer um projeto-piloto em nosso município de regularização fundiária no bairro Borogodó, bairro populoso. O vereador Jefferson sabe de Barra Grande, que hoje cresce a cada dia, tendo uma boa intenção do Interpi, firmamos essa parceria, iremos começar até o final do ano para poder dar o pontapé inicial dessa regularização desse bairro. Acredito que tendo o orçamento, que também é importantíssimo, deputados, podemos abranger o município todo. Sabemos que não é barato uma regularização fundiária, sabemos que o município não tem como custear. Hoje nosso município vive exclusivamente dos recursos federais - FPM. Infelizmente, nós não temos arrecadação própria, isso nós estamos implantando, estamos colocando código tributário na Câmara em discussão para os vereadores, e a população aprimorar. Não quer dizer que lá o código vai ser o que vai acontecer. A população, os vereadores em audiência pública vão aprimorar o código tributário, que é um código, na minha opinião,

justo pelos valores, pegamos um valor, por não ter uma base de cálculo, pegamos um valor igualitário da cidade de Parnaíba, acredito que é um valor justo e tem condições para todo mundo pagar, mas para isso nós temos que ter segurança, precisa o cidadão ter o registro de imóveis do município para nós podermos cobrar.

Então, é importantíssimo isso que está acontecendo hoje para nós sairmos alinhados. Porque o município ganha, o cidadão ganha, todos nós vamos ganhar com isso. E o meu posicionamento como gestor do município é ficar do lado da população, desde o início quando fui questionado sobre essa mudança de dono desse RIP, sempre questionei: Das áreas do município não abriremos mão, e também a área para regularização fundiária dar o título de posso para o cidadão cajuense. Eu tenho uma meta até o final de meu mandato, isso com a ajuda de parceiros como o Interpi, com o SPU, com nossos amigos deputados, entregar mais ou menos 400 títulos de posse até o final de nosso mandato. É um objetivo, vamos lutar para acontecer, mas para isso nós temos que ter ajuda de todos.

Gosto muito de ouvir, sou um jovem que entrei na política por opção da população, me escolheram, e nunca vou me esconder das problemáticas do município. Posso ser contestado pelas minhas ações, mas nunca eu vou ser contestado por estar me escondendo das problemáticas, pandemia, abastecimento d'água, segurança pública, lixo, tudo isso nosso município hoje cresce estrondosamente, mas o município não acompanha financeiramente esse crescimento. Nós precisamos arrecadar. E isso também é importante essa regularização fundiária no município para nos ajudar a crescer junto com vocês que querem investir e querem transformar nosso município assim como eu quero entregar ao longo de meu mandato um município muito melhor do que eu recebi.

Então, eu ressalto muito que o prefeito Felipe Ribeiro vai estar ao lado da população, na legalidade, certo? Isso é bastante importante. Uma das minhas sugestões, eu até sentei com o Interpi, prefeitura de Luis Correia, todos os técnicos do município, é fazer um diagnóstico. Primeiramente tem que fazer um diagnóstico, porque eu vejo muito em nosso município é que uma área pertence a uma pessoa, no cartório é pertencente a outro, aí vai... não tem essa conciliação. Primeiramente, tem que ter esse diagnóstico. O Interpi se propôs a fazer uma parceria com a Universidade Federal para podermos dar

esse diagnóstico para o município de Luís Correia e de Cajueiro da Praia e, assim podermos tomar nosso caminho nessa parte de regularização.

O Dr. Chico Lucas vai falar também, vai explicar melhor sobre esse diagnóstico, mas eu acredito que sempre esbarra nessa parte orçamentária, tanto no órgão dele como no município.

Então, eu quero aqui finalizar minhas palavras, ressaltando meu compromisso como gestor, como prefeitura, de estar ao lado da população e daqueles que querem o bem para o município. Quem estiver alinhado com o bem-estar da população, com o desenvolvimento, porque sabemos que o município de Cajueiro da Praia cresce a cada dia. Todo mundo quer morar, todo mundo quer ter sua casa em Cajueiro, todo mundo quer investir, mas precisa ter uma segurança e essa segurança nós queremos dar, e se Deus quiser, com esta audiência pública nós iremos dar o pontapé inicial. O importante é botarmos as ideias e tomarmos as ações; ações que temos que botar no papel e agir, que nós temos pouco para agir e, eu sou muito imediatista. Tenho meu objetivo, vou fazer, vou cumprir, vou finalizar quando estiver mesmo tudo bonitinho, alinhado. Então, acredito que tem que ser assim, vamos alinhar essa situação bem aqui da regularização fundiária, que eu acredito que é de suma importância essa audiência, mais uma vez ressaltando. Importante também o Marcelo explanar para nós termos essa ciência. Eu tenho certeza que todos têm a ganhar, município, cidadão, investidores, amantes de Cajueiro da Praia, principalmente.

A questão do Revólver, que já foi desmembrado esse RIP do José de Anchieta, em 2008 o STU desmembrou uma grande parte do RIP do José de Anchieta, que se chama lá no SPU de Revólver. Esse Revólver ainda não foi ainda passado para o município, está na área do SPU ainda, acredito que por questão financeira, as gestões passadas não tiveram essa ação de passar para o município. Mas eu acredito que nós vamos fazer esse estudo para passar para o município toda essa área do Revólver, para assim podermos ter mais segurança e regularizar aquelas pessoas que estão dentro. A questão da área periférica do RIP do José Anchieta, nós também nos propusemos ajudar as pessoas, pedimos a área do município para fazer essa regularização, mas sempre esbarra no orçamento, mas nós precisamos dessa segurança também que o município

não tem a capacidade financeira de suportar uma regularização fundiária. Então, a gente precisa de parceiros, como todas as áreas que nós temos dificuldade nós buscamos parcerias com o Estado, com o Governo Federal, então tudo isso nós temos essa preocupação.

No mais é deixar um abraço a todos, ter mais disposição, nosso gabinete está aberto para todos do nosso município, deputados e pessoas que gostam de Cajueiro da Praia. Eu tenho sempre pra mim que vou lutar todo dia do meu mandato que foi dado pelo povo de maneira democrática para dar o melhor ao município. Eu tenho certeza que todos têm a ganhar com essa reunião de hoje e com esse objetivo iremos trata a partir de hoje.

Um abraço e bom dia!

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto -PV) - Eu queria chamar o Dr. Jorge.

SR. JORGE (Participante) - O RIP pertence à Manoel Lima. O José Anchieta é um dos filhos que ficaram, ele tem 1/8 do RIP. Não é do José Anchieta, é do Manoel Lima. E os outros herdeiros não assinaram a procuração, isso tem que ficar bem claro. O RIP do José de Anchieta, não é do José de Anchieta!

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Nós temos ainda inscrito o Dr. Francisco Lucas, representando o Interpi; nós temos a Dra. Áurea Madruga, que é Promotora do Ministério Público; nós temos o ambientalista, Dionísio; nós temos o Senhor Juriti, que é advogado;

Eu queria que ninguém saísse, porque nós vamos fazer esse encaminhamento, Dr. Francisco Lucas, inclusive é muito importante a representação do Estado, conhecemos a sua história como advogado, como presidente da OAB, que foi e, hoje como também representante do Interpi, muito importante, vamos precisar muito do seu apoio, representando aqui inclusive o governador.

Eu queria pedir que fosse mais rápida agora as falas, tirando aqui o Dr. Francisco Lucas e a Dra. Áurea, mas eu quero colocar três pessoas da sociedade civil para cada um delas três minutos, estendendo até quatro.

Quero chamar aqui o Dr. Juriti, advogado, tem acompanhado os moradores do Morro Branco. Vamos monitorar, porque já é tarde.

Depois do Dr. Juriti, eu vou passar para o Dr. Francisco Lucas, que ele tem outro compromisso e nós vamos continuar aqui rapidamente, mas tudo vai ser muito rápido, Dr. Francisco.

SR. JURITI (Representando o prefeito Felipe) - Em nome do prefeito Felipe e da nossa Deputada Teresa Britto, saúdo a todos os presentes e dizer que estamos aqui, o Deputado Hélio já vai embora, por que, deputado?

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Não ele vai só aqui usar o telefone.

SR. JURITI (Representando o prefeito Felipe) - É importante que cada um de nós possamos entender que nós estamos aqui discutindo o marco histórico, a partir desse trabalho desenvolvido pela nossa Deputada Teresa Britto, nós iremos descortinar novos horizontes para última fronteira marítima deste nosso Brasil, que é o Cajueiro da Praia.

Eu estive lá com o prefeito anterior e, ele disse: Juriti, rapaz, vamos trabalhar e vamos ver. Eu disse tudo bem, prefeito e cadê? Ele disse, vai lá em Teresina conversar com meus advogados. Eu já moro em Teresina, doutor, eu queria discutir o assunto era aqui. Resultado, depois eu descobri que o filho dele estava vendendo o terreno, se eu não me engano, Bico do Socó, por um milhão de reais. Aí eu agora vim entender por que não havia interesse do ex-prefeito em tratar do assunto. E assim vai as histórias.

O que eu entendo é o seguinte, gente, desde o Porto da Lama passando pelo Itã, passando pela Goiabeira, passando pelo Bico do Socó, que hoje está sendo invadido e, eu até parabenizo aqui o nosso mestre aqui do ICMBio, que fez aqui o testemunhal, só que ele está sendo enganado, mas ele disse que vai corrigir. e, eu acredito no ICMBIO. Eu não acreditava no ICMBio quando ele foi dirigido pela Dra. Ana Célia, que também foi do SPU, porque foram denunciadas várias patifarias e, eu perguntava até os moradores lá, por que e vocês não vão até o Patrimônio da União? Aí eles disseram, Dr. um vereador no púlpito da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia ousou dizer que só retirava RIP naquela terra quem era rico, porque não tinha RIP para pobre. Em vez da superintendente do Patrimônio da União denunciar quem realmente praticava esse ato de propinagem dentro do Patrimônio da União, ela abriu a sindicância, ela entrou com um processo contra o vereador Stênio. Aí eu disse pra Dra. Aline, que era superintendente da época, Dra. a senhora me desculpa mas a senhora está cometendo um equívoco, acreditando

ser verdade ou não você manda apurar, se existe realmente propinagem dentro do Patrimônio da União, e puna os culpados. Mas não, abriu o processo. Eu disse esse processo vai ser arquivado, porque o vereador ele tem liberdade de expressão, quando a audiência pública do Patrimônio da União, era na própria Câmara. E ela em vez de exigir uma sindicância para apurar as denúncias do vereador, entrou com um processo. Aí pergunta, deputada, como é que um nativo, na sua humildade, na sua pacata simplicidade vai enfrentar um tipo de processo como esse? Se um vereador de mandato que é meu representante, estão pedindo a prisão dele, imagina de mim, vão me arrastar daqui é dentro de um camburão. E eu acho que tem que camburão é na porta do Patrimônio da União, esperar lá a condução do processo, pra saber quem realmente está culpado ou não. Eles é que têm que provas inocência, porque a denúncia é muito séria e, teve superintendência que recebeu, tem funcionários lá que dizem, denunciado pelo vereador, que receberam. Então, nós temos que apurar, porque, deputada, eu vou encerrar minhas palavras dizendo aqui: senhores, a raiz do mal de toda essa problemática no litoral do nosso Piauí, mais precisamente em Cajueiro da Praia está incrustado dentro do Patrimônio. A verdade precisa ser dita, muitos têm vontade de dizer, mas não dizem, mas está lá dentro, a raiz do mal de está lá dentro do Patrimônio da União, só libera RIP pra quem tem dinheiro, pra quem tem prestígio, e não libera o RIP pra quem tem realmente a necessidade dele.

Então, eu digo aqui e peço a compreensão de todos da necessária importância da gente lutar, assim como seu Manoel, está lutando e nós estamos juntos lá no Morro Branco nessa luta. E o seu Manoel disse aqui - serei breve - eu estava em casa e ouvi aquela zoada, era o seu Manoel, o Seu João, os caras correndo com uma foice pra cima dele. E eu corri e disse: canalhas, aqui vocês não vão matar nativos da terra, porque a terra é deles, você é que são grileiros. E eles foram embora. Depois o trator que ele falou, trator do seu Luis, esse trator foi patrocinado pelo Patrimônio da União, a própria superintendente foi lá com a Polícia Federal helicóptero, foi uma operação de guerra. E esse seu Luís se ajoelhou diante do trator e pediu pelo amor de Deus para salvar a roça dele. E eles de forma cretina, criminosa, não tiveram pena e arrastaram ele e arrastaram a roca dele. Isso são testemunhos reais que o povo precisa saber o que está

acontecendo, na Superintendência do Patrimônio da União, tem que descobrir, investigar e arrastar o mal lá de dentro, seja quem for.

Eu fui lá um dia falar com a Dra. Aline. Dra. Aline, me diga uma coisa, o poder, o poder você pode tudo, aliás, você pode, mas não pode tudo. Ela fez uma reunião junto com os Cajubás, reunião no colégio, era uma audiência pública, eles saíram de casa em casa perguntando, quem quer água encanada? Quem é que não quer água encanada? Uma terra, como o nosso prefeito é testemunha, a água lá nós pegamos de cacimba ou então água mineral, esperando uma sonhada adutora que vai chegar. Porque o sistema da Agespisa, eu fui lá com o Governador Mão Santa inauguramos, eu era diretor presidente da Agespisa, na época, mas não deu certo, porque desmorona lá. O que acontece? Dra. Aline, a reunião que teve lá foi uma farça, patrocinada pela ex-superintendente. que chegou lá, eles assinaram uma ata, pensando que estavam querendo água encanada, era para reduzir os terrenos deles. E eu disse: vocês deram uma carta em branco para quem não era para dar. E foi dito e feito, eles entraram lá no Santos, o rapaz tem mais de 70 anos que a família dele mora lá e ele foi obrigado a se recolher, se acovardar até, porque ele não ia para o enfrentamento. E eu digo sempre lá para eles, não nos cabe enfrentamento pessoal, o que nos cabe é ir para a justiça, porque nós acreditamos ainda na justiça e, é na justiça que nós teremos a vitória dos processos em defesa da nossa terra.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Agradecemos ao Dr. Juriti pela sua contribuição, testemunho.

Concedo a palavra ao Dr. Francisco Lucas , ele é o diretor do Interpi no Estado do Piauí, na gestão do Governador Wellington Dias.

DR. FRANCISCO LUCAS (Interpi) - Bom dia a todos e a todas.

Quero iniciar meu cumprimento na Presidente da Mesa, Deputada Teresa Britto e, em seu nome cumprimentar os demais deputados aqui presentes; cumprimentar a todos os cidadãos de Cajueiro da Praia, na pessoa do Prefeito Felipe, e todas as autoridades na pessoa do Dr. Maurício, que é ex coordenador do Gercog e um dos representantes do Ministério Público, aqui presente.

A minha fala vai ser muito técnica, até por que o Interpi ele tem uma atribuição complementar no que diz respeito a regularização fundiária de Cajueiro.

No Estado do Piauí, nós instituímos ações discriminatórias em todos os municípios, Cajueiro tem uma ação discriminatória. Essa ação serve para discriminar as áreas devolutas das áreas privadas. Inclusive, nós encaminhamos ofício para todos os órgãos e o ICMBio respondeu com o Projeto do Parque do Socó, não é isso? Monumento natural. E aí eu faço um parêntese para dizer da ação do Interpi e das instituições na regularização fundiária de um modo geral.

Eu gostei muito da fala do Adriano, porque ele colocou a necessidade de um arranjo institucional para que solucione os problemas que são temporais e o passo, são múltiplos, nós precisamos desse acordo, nós precisamos que as instituições ajam. E estamos conseguindo avançar no cerrado, graças ao apoio do Ministério Público, o Dr. Maurício é um apoiador, é um defensor junto com a Dra. Juliana Noletto. Estamos encaminhando agora para os municípios a regularização urbana, porque já avançamos um pouco na regularização fundiária rural, principalmente nos cerrados, algo em torno de dois milhões e meio de hectares, nos cerrados, conseguimos avançar. Corregedoria, vice-Corregedoria, Tribunal, todos irmanados. E aí eu trago aqui a experiência para Cajueiro da Praia: o que nós fizemos? Primeiro, nós assinamos um termo de cooperação técnica entre o município de Cajueiro, município de Luís Correia e o Estado do Piauí. Para quê? Para que o estado dê suporte ao município na regularização fundiária urbana, porque não é nossa atribuição.

Então, em linhas gerais, nós temos uma ação discriminatória no município de Luís Correia, uma ação discriminatória do município de Cajueiro da Praia. A parte mais próxima à linha de praia é atribuição da União; a zona rural é atribuição do Interpi, e a área urbana é atribuição do município. dividindo, assim, para que fique lógico para V.Exas. Como o município não tem condições de executar essa medida, nós sugerimos a contratação da Fundação de Amparo Desenvolvimento e Extensão da Universidade Federal do Estado do Piauí e Universidade Federal do Delta, que é a Fadep, nós sugerimos fazer o diagnóstico do litoral. Porque recentemente nós contratamos a Fadep, ela fez a digitalização demais de 60 mil registros históricos. Então, hoje o Estado do Piauí

possui os registros desde o período Colonial até o período da Primeira República. Onde é que isso impacta? Por exemplo, nós já fizemos um levantamento das datas na região, porque eu boto sempre Luís Correia e Cajueiro? Porque Cajueiro é um desmembramento de Luís Correia. O cartório de Cajueiro é o de Luís Correia, as datas de Cajueiro eram datas de Luís Correia, é a Data Santana, São Domingos, Data Camurupim, nós já temos o levantamento das datas. E algumas datas foram demarcadas no final do século XIX outras no começo do século XX que o caso da Data Santana, ela foi demarcada no começo do século XX.

Então, essa demarcação ela gera efeitos jurídicos como os que nós estamos vendo hoje, as pessoas reivindicando o RIP, em função dessa demarcação desta data. Então, precisa ser visto se isso ainda produziu efeitos. Para que isso seja feito, nós instituímos uma comissão por meio de termo de cooperação técnica, em que nós temos uma equipe multidisciplinar com pessoas do Interpi e pessoas da prefeitura de Cajueiro, coordenadas pelo Thiago Ribeiro, que é o representante do município. Nós temos geomensores, engenheiros agrimensores, engenheiros agrônomos, secretária de Obras, engenheiros do município, nós iniciamos com o bairro do Borogodó. É um bairro que fica limítrofe com Barra Grande, fica em Barra Grande. Estamos fazendo a demarcatória de 200 hectares mais ou menos. Próxima semana, dentro do nosso planejamento, já vai ter o aerolevanteamento do bairro Borogodó, a equipe da Semar, do CGEO que o Centro Geotecnologia com Fundiária Ambiental, vamos mandar drones para fazer o geolevanteamento da área do Borogodó, para depois fazermos a vetorização e a regularização fundiária. Por que começamos pelo Borogodó? Porque é uma área de pessoas de baixo poder aquisitivo, pessoas pobres e também porque é uma área que não tem tanto conflito, estamos aprendendo como também estamos fazendo em Guaribas, Baixa Grande do Ribeiro e Nossa Senhora de Nazaré.,

Então, a minha sugestão aqui é que capacitem o município dando condições para que a gente reaplique o que foi em Borogodó nos outros bairros, com o apoio da Assembleia, dos órgãos. Sugiro contratar a Universidade Federal, a Universidade Federal do Delta, que são nossa inteligência, a academia, lá tem engenheiros, doutores em Engenharia, doutores em Direito, reais, doutores em História ,como fizemos no Interpi.

Então, eu estou dando um panorama e aqui estamos nos colocando à disposição como apoio, afinal não é nossa atribuição, nós vamos cuidar da zona rural de Luís Correia, e da zona rural de Cajueiro e, vamos dar o suporte na zona urbana, porque sabemos das dificuldades técnicas do município, inclusive com aerofoto e levantamento que é caro, precisa ter drones, precisa ter uma precisão, uma acurácia que só os técnicos gabaritados têm.

Neste sentido, dizer que é imprescindível o apoio do Ministério Público e o Dr. Maurício colocou o Ministério Público à disposição, como também da Corregedoria e da vice-Corregedoria. A ideia, Deputada Teresa Britto e Deputado Hélio, é fazer um limpa no cartório. Estamos fazendo isso nos cerrados, só vale um registro se ele for submetido ao crivo de uma comissão. Então, foi isso que o Senhor Manoel colocou, tem vários documentos produzidos ao longo dos tempos e esses documentos se sobrepõe, então temos que ver qual o que está valendo. Então, essa comissão vai dizer, se não estiver valendo, ajuíza ação na justiça para anular, a gente está fazendo isso no cerrado. Então do mesmo jeito essa experiência pode ser aplicada no litoral, eu acho que com essa integração é fácil de ser resolvido, e principalmente a parte urbana de Morro Branco, eu tenho zero dúvida de que ela tem que ser resolvida por meio do instrumento, que é a Reurb, afinal de contas ela é anterior a 2016, a Lei 13.465 traz os instrumentos e resolveria a vida das pessoas que moram lá.

Então, eu sugiro isso e me coloco à disposição como apoio, peço desculpas. Tenho um compromisso agora a uma hora da tarde, mas me coloco à disposição de todos.

Parabenizo pela iniciativa da audiência pública, parabenizo mais uma vez o Ministério Público. Senti falta da Corregedoria, é importante um núcleo de regularização fundiária, eles têm expertise, convidar o Ministério Público Federal que, aqui eu abro um parêntese, se mantém ausente da discussão, se o Dr. Maurício, o Ministério Público do Estado do Piauí nunca se furtou, nunca se furtou e o Ministério Público Federal está ausente, não sei as razões. O SPU também sempre é parceiro da gente, na nossa visão; sempre que a gente pede informação eles nos respondem. Então, sentar e achar uma

solução com as autoridades políticas, as jurídicas e a inteligência que está na academia, que está na universidade. Muito obrigado!

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Nós queríamos aqui só lhe informar, Dr. Francisco, que nós vamos também solicitar aqui num encaminhamento que o Governador Wellington Dias possa estar se inserindo nessa temática no tocante de buscar para o Estado também a regularização fundiária, porque a legislação permite, uma vez que o município não tem recursos financeiros para fazer essa regularização; mas que ele seja sim um parceiro no tocante a esse financiamento da regularização fundiária. Antes do senhor sair, eu gostaria de deixar essa informação que vai ser uns dos encaminhamentos de que a União não vai vender a terra para o município, ela vai apenas transferir para o município. Então, quais são os encargos que o município e o estado vão ter? Tratar do georreferenciamento e daquelas pessoas que não têm condições financeiras para a questão cartorária - o que me preocupou muito diante da pergunta do procurador Dr. Maurício, se já se tinha registro em cartório da área que está sendo desmembrada, Dr. Adriano, do município, desse terreno, desse RIP para o município que é uma pequena área, não é uma grande área, é uma pequena área, porque o direito não é uma ciência exata e, nós sabemos que o dinheiro, infelizmente, roda muito as coisas, pensamentos de pessoas que não têm escrúpulos e que pode sim chegar a instâncias nas quais, até o município de Cajueiro da Praia, até essa área que está aí sendo passada para o município, mais uma vez, ela não estando registrada em cartório e passada para os moradores, ela sim pode ser passível de qualquer ação judiciária e até o município pode perder. Nós temos que realmente - não é para colocar terror, não é para colocar medo - colocar a realidade dos fatos, dos fatos. E eu tenho certeza de que o senhor, como advogado, pode confirmar isso no microfone, essa preocupação de não ter um registro da área que está lá bonitinha. Ah, o SPU mandou aqui uma foto bonitinha dentro do mapa de uma área de 185 hectares reconhecida pela União, que no início era 188 e hoje são 185, mas que não tem registro em cartório. E que esse cartório próprio passou uma procuração para uma pessoa que não tem idoneidade moral, que inclusive tem mais de vinte e quatro processos tramitando judicialmente no Jus Brasil, que pode sim fazer

uma bagaceira muito grande no município de Cajueiro da Paria e que isso nós não podemos permitir.

Então, o Governo do Estado tem que se apropriar dessa discussão, tem que ajudar na solução desse problema, assim como o município, assim como a SPU. Nós temos cobrado à SPU resposta plausível, inclusive por que não compareceu; temos que cobrar do Ministério Público Federal também, pois são dois órgãos importantes nesse processo. Não podemos deixar um senhor, como o Sr. Manuel que chorou aqui na tribuna da Casa, à mercê da própria sorte, assim como foi colocado por pessoas que perderam suas plantações, perderam plantas frutíferas, ou seja, perderam inclusive a confiança de dias melhores, no município de Cajueiro da Praia. Essa briga, pode ter certeza de que nós a compramos e vamos em frente com ela e queremos o apoio do Governador Wellington Dias, do Interpi e de todos os órgãos que podem, sim, contribuir para isso. E que o prefeito não tenha medo de SPU, não tenha medo de nenhum órgão, porque o senhor é um legítimo representante do município Cajueiro da Praia.. Enfrente sim, se necessário for, a SPU na defesa dos moradores de Cajueiro da Praia. E aqui nós estamos nessa luta junto com o senhor. Essa questão de política partidária nós deixamos de lado e estamos sim numa política maior, que são os interesses dos moradores da Cajueiro da Praia.

Queria que o senhor pudesse reafirmar aqui, como eu disse, o direito não é uma ciência exata e, diante de não ter o registro, nada garante que o município de Cajueiro da Praia tenha essa propriedade. Ela pode até ir aos tribunais lá em cima e, infelizmente, até o próprio município perder, se a gente não ficar com a guarda levantada cobrando solução do problema.

Com a palavra o Dr. Chico Lucas.

SR. FRANCISCO LUCAS (Diretor do Interpi) - Eu gostei muito da apresentação do Adriano. Ele trouxe imagens, mas ele traz a camada ambiental, antes tem a camada fundiária e ele colocou isso evidente - tem que ser resolvido no SPU. O ICMBio cuida da camada ambiental. Em relação à camada fundiária, eu sugiro, como a gente fez lá em Borogodó, são dois procedimentos distintos com a mesma área, uma é a demarcatória urbanística, outra é a Reurb. A Reurb demora mais, é mais cara, é a destinação para as pessoas, mas a demarcatória é abrir a matrícula daquele imóvel em

nome do município, para que ele possa depois proceder com a regularização. Eu acho que isso poderia ser facilmente resolvido com boa vontade, então eu sugiro que abram as demarcatórias urbanísticas das áreas urbanas do município de Cajueiro. Eu acho que resolve. É uma sugestão.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - E como eu disse, não é doutor? O direito é passível. Enquanto não houver registro e consolidado, o próprio município pode perder a área hoje consolidada. Se abrir a guarda... eu não tenho dúvida do que eu estou dizendo bem aqui. Eu sou psicóloga, mas estou há 17 anos no Parlamento, na Comissão de Constituição e Justiça que estuda a legislação vigente dia a dia.

SR. FRANCISCO LUCAS (Diretor do Interpi) - Pois muito, obrigado! Eu peço desculpas, é que eu tenho um compromisso. Ontem eu recebi a chamada para vir aqui, então remarquei para as 13 h. Muito obrigado, pessoal!

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Muito obrigada!

Eu convido agora a representante da Semar para fazer uso da palavra.

SRA. ALINE (representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos) - Boa tarde! Eu sou a Aline. Sou técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e estou aqui representando o secretário Daniel Marçal, que de já se coloca à disposição de todos para as demandas que forem de competência da Secretaria. Então, quero também cumprimentar todas as autoridades e a população aqui presente.

Assim como Adriano colocou no início, aqui a temática é fundiária, é regularização fundiária. Enfim, no que tange aos órgãos ambientais, a nossa responsabilidade em relação a essa questão são os impactos ambientais, os danos ambientais, as infrações administrativas que são empreendidas nessas áreas. Enquanto órgão ambiental, a gente assume o compromisso, firma a parceria e confirma, com certeza, a participação em ações de fiscalização, como já ocorreu antes. Nós fizemos juntamente com a SPU e o ICMBio uma ação de fiscalização em parceria, em fevereiro, que gerou um relatório. E nós estamos sempre nesse compromisso de acompanhar as ações de fiscalização. Haja vista que é um território da União, então foge as nossas competências. No entanto, mais uma vez a Semar reafirma o compromisso com as questões ambientais no Estado do Piauí.

Em relação a empreendimentos licenciáveis nessas áreas, que por ventura forem de competência do Estado, a gente tem adotado a postura - e é um dos documentos básicos - que seja apresentado o documento do imóvel, senão a licença não sai, claro. Além de que, a depender das características da atividade, é preciso também a manifestação do ICMBio. Então, nós temos seguido isso rigorosamente no âmbito da Semar, além das parcerias e o compromisso, claro, de participar das ações que forem porventura programadas no âmbito daquela área.

Nós temos aqui também um ofício que foi encaminhado pela prefeitura com algumas demandas relacionadas a combate ao desmatamento, ações de combate a incêndio. Nós, na Semar, temos a possibilidade de acordo de cooperação técnica com os municípios para a formação de brigadas de incêndio. Então, dentre as muitas ações, a gente também pode firmar essas parcerias junto com os municípios; e qualificar os municípios também para que eles possam de fato também executar ações de fiscalização no município. Então, no município existe também essa prerrogativa na qual ele também pode empreender ações de fiscalização na área ambiental.

Por fim, nós queremos nos colocar à disposição. A Semar está à disposição. Nós temos uma pessoa. O território do Piauí é extenso e nós sabemos das dificuldades dos órgãos ambientais; não só dos órgãos ambientais, mas todos os órgãos vinculados ao Poder Público, da dificuldade que nós temos em relação a disponibilizar pessoal, mas nós temos uma pessoa em Parnaíba, que é a nossa referência para as ações na região do litoral, que é a Vanessa; acredito que vocês conhecem. E sempre que possível demandamos equipes de Teresina também para apoiar as ações na região de Cajueiro da Praia.

Então, em nome da Semar, a gente se coloca à disposição no que estiver dentro das nossas atribuições e o que estiver dentro do nosso alcance das atribuições previstas em lei.

Então, é isso. Muito obrigado e nós nos solidarizamos com vocês e nos colocamos à disposição.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Agradecemos a contribuição da Aline. Lembrar mais uma vez que essa audiência está sendo gravada e isso aqui é um documento que está sendo produzido pelo Poder Legislativo Estadual.

Agora temos o vereador e temos o Dionísio.

Então, vou passar aqui para o vereador Jefferson e, em seguida, o Dionísio. Depois vamos fazer só os encaminhamentos da nossa audiência, que já estão aqui inscritos, só para deixar feito e depois tomar as tratativas legais de documentos para os órgãos competentes.

Com a palavra o vereador Jéfferson.

SR. JÉFFERSON (Vereador de Cajueiro da Praia) - Bom dia a todos aqui que estão! Bom dia, Deputada Tereza, prefeito Felipe! Eu estou aqui representando a Câmara Municipal de Cajueiro da Praia e representando o povo cajueirense que está em uma situação muito complicada. O povo cajueirense e a gente espera uma resposta positiva - é que o povo espera.

Muito obrigado!

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Agradecemos também a participação aqui do vereador Jéfferson. Ele e o vereador Dênis representaram a Câmara Municipal de Cajueiro da Praia.

Então, nós vamos agora (dar) três minutos aqui para o Dionísio e vamos fazer os encaminhamentos. Eu peço que todos fiquem, inclusive, para que possamos no final da audiência, se quiserem, fazer uma uma foto aqui. A gente pode fazer também, mas tudo está sendo registrado, inclusive as fotos.

Com a palavra o Sr. Dionísio.

SR. DIONÍSIO (Jornalista) - Bom dia a todos. Meu nome é Dionísio, sou jornalista, gestor ambiental, ambientalista de coração, não sou vaqueiro não, viu? Isso aqui eu uso há 16 anos, mas o vaqueiro é um cabra que cuida da mata, né? Bom pessoal, eu já acompanho a situação do litoral. A gente está falando em Cajueiro, algumas coisas isoladas, mas o problema é como um todo, né? Já vem de muitos anos, muitas datas e a grande fala aqui foi sobre a SPU. Como é que vamos abrir essa caixa preta do SPU a favor da população, a favor do empresariado, a favor de quem realmente quer trabalhar e quer fazer aquele lugar se desenvolver e não especular, assim como estão fazendo alguns corretores de imóveis que já foram denunciados no Creci, já estão com denúncia no Creci, inclusive no Ministério Público. Esses corretores, inclusive, têm dois me processando, que é o tal do Rafael Leite, que devia estar preso, e a Marta Galvão, que deveria estar presa também, porque estão promovendo desmatamento no litoral, ocupando áreas importantes para questão estética e a sustentabilidade estética daquela região. Daqui a dez anos, prefeito, a gente espera que aquela paisagem toda não esteja

destruída. Eu estava mostrando ali pro pessoal do ICMBio as carnaúbas, que é a árvore símbolo do Piauí, sendo destruída no litoral do Piauí. Está lá, eu mostrei agorinha a foto das carnaúbas cortadas no mês passado, às margens da Laguna da Santana, que é um lugar também importante, onde o pessoal que o proprietário por registro de imóvel quer fazer uma área, um monumento natural também, viu prefeito, tem outra área lá, outro monumento natural para essa área, antes que desmatem e acabem com tudo. Certo? Naquela outra área.

O litoral nosso é pequenininho, mas é de uma grandiosidade, de uma beleza fenomenal! E também a questão da Eletrobras, que foi citada pelo doutor. A Eletrobras, além de cortar, ela está também dando energia para grileiro, para gente lá que não tem autorização, nem RIP, nem nada e como é que está puxando energia? A Equatorial, aliás. A Equatorial é culpada também nesse processo, porque quando tem energia, você tem como trabalhar, desmatar e acabar mais. Fogo é muito visto lá, muita queimada; muito trator é visto trabalhando para cima e para baixo. Isso é para alertar o pessoal do ICMBio.

A Laguna tem uma cerca de um lado a outro, eu estou falando dos dois lados. O lado da esquerda já está bem entronizado, o lado da direita a gente ainda tem como fazer um parque naquela área. Então, eu já alertei e já informei aqui que nós vamos perder, em curto prazo de tempo, a nossa beleza estética, cênica, os nossos animais daquela região que já sofrem muito. O que atrai a Cajueiro são os animais, as praias bonitas, a natureza, a vegetação, o caranguejinho gostoso. Então, o pescador que pesca de forma artesanal, que esse sim tem que ser bastante olhado com carinho, essas pessoas estão há muitos anos lá e quem quer investir lá também tem que ser olhado com carinho para não ser abandonado e não ficar aí o nosso litoral a cada dia que passa morrendo, sendo destruído, porque não se abre a caixa preta, não se abre a SPU. Está bem aqui, o presidente do Interpi disse que tem total vontade. E aí? O que foi que, de fato, a SPU repassou para o Interpi, para ajudar, se já tem um sistema? Por que não? A gente tem como saber isso de forma rápida, até no celular aqui, quem é dono de que lá. Tem como saber! Então, a gente quer isso, para que essa insegurança não seja passada para quem realmente quer investir ou para quem mora lá. Eu mesmo comprei uma área lá e quando cheguei tinha outro dono. Está bom, não vamos fazer confusão! Vamos ver mais para frente como é que fica. Acontece! Acontece com muitas pessoas que querem

estar lá. Isso tem que ser resolvido. De fato, a justiça é quem vai dizer quem realmente é dono de lugar ou não. Entendeu? A gente acredita. A gente tem que acreditar na Justiça! Estou falando aqui em nome do Movimento Socioambiental, em nome do Movimento Animal e minha preocupação é com nosso Estado do Piauí!

Obrigado, pessoal!

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Agradecemos a contribuição do Dionísio. E vamos aos encaminhamentos agora.

Mais uma vez agradecer a presença de todos; também agradecer aos servidores desta Casa, que estão conosco aqui apoiando; agradecer aos deputados que subscreveram o requerimento de audiência pública; agradecer a todos os órgãos que vieram para esta nossa audiência pública.

Os encaminhamentos. Primeiro, a formação de uma Comissão para dar continuidade tanto aos encaminhamentos que serão feitos, como nas novas reuniões. Aqui foi uma audiência pública e daqui serão feitas outras reuniões em continuidade ao trabalho dessa audiência pública.

Então, primeiro: formação de uma Comissão com os deputados que aqui participaram, bem como todos os órgãos que aqui estiveram - Ministério Público Estadual, Prefeitura de Cajueiro da Praia, Câmara Municipal de Cajueiro da Praia, Interpi, Associação de Moradores do Bairro Morro Branco, (deixa eu ver quais os órgãos que aqui se fizeram presentes, rapidamente...), ICMBio, (me ajude a procurar aqui esses documentos, Dr. Hélio, para eu nominar aqui), e vamos inclusive incluir que os órgãos presentes hoje, ICMBio, Interpi, Prefeitura de Cajueiro da Praia, na pessoa do prefeito; Ministério Público Estadual, na pessoa da Dra. Áurea, Dr. Maurício e Dra. Juliana; Semar, Dra. Aline; a Associação de Moradores, o Sr. Manoel; a Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia; o advogado, Dr. Raimundo Eugênio, que representa também a ação pública impetrada lá a favor de moradores; vamos incluir aqui o Ministério Público Federal; a SPU; e o cartório. A Equatorial vai ser convidada a comparecer na próxima reunião.

2) Solicitar ao Ministério Público Federal que entre com uma ação civil solicitando o cancelamento imediato do RIP, o qual nós vamos aqui novamente elencar: o RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) nº 1113000078780, fundamentado no art. 31 da Lei

13.465, de 11 de julho de 2017, que não cumprindo a função social, dentre eles os incisos... declaração, existe uma declaração de interesse público do Município de Cajueiro da Praia, através do protocolo nº 19739.141654/2021-29, protocolado em 05/11/2021, do Sr. Prefeito, Felipe de Carvalho Ribeiro, solicitando a área para interesse social.

Inciso IV do art. 31 - Ocorrência de dano ambiental decorrente da utilização da área inscrita. Vários embargos. Encaminhamos depois os números desses embargos. Até pedimos ao Dr. Adriano que possa encaminhar também para o Ministério Público Federal esses embargos feitos pelo ICMBio.

Inciso V do art. 31, ainda fundamentando a solicitação de cancelamento do RIP - Ocorrência de dano ao patrimônio da União.

Inciso VI - Uso contrário a posturas, zoneamentos e legislação locais, ou seja, a área foi transformada em urbana, e hoje ela simplesmente, esse RIP impede o desenvolvimento do município.

Inciso VII - Impedimento do acesso às praias, às áreas de uso comum do povo, aos terrenos da União ou terceiros.

E por fim, o Inciso 8º - Abandono do imóvel. Esse imóvel foi abandonado há muito tempo, não tendo sido feito praticamente nada, não tem cerca, não tem plantações, não tem moradias da família que detém esse RIP hoje, e são todos incisos, artigos dentro da legislação vigente que possibilitam a real necessidade urgente de cancelamento do RIP. Então, solicitando ao Ministério Público Federal em cima desses artigos e incisos da legislação vigente.

Eu vou continuar aqui com os encaminhamentos, e o senhor prepara um aí para que a gente possa fazer no final, viu? Que é o cancelamento do RIP do Cajubás - eu quero só o número desse RIP para poder elencar aqui na nossa solicitação. Tanto o cancelamento do atual, que está no nome dele, dentro da documentação lá da SPU, do Sr. José de Anchieta Juraci, como dos demais herdeiros, o cancelamento total e imediato.

Também solicitar que o cartório se manifeste sobre a procuração do Ministério Público Federal. Encaminhar ao cartório no qual está registrado o RIP. Tem o nome dele aqui, pegue o requerimento de audiência pública aí, Dr. Hélio, para poder eu pegar aqui o

nome do cartório., tenho aqui, eu coloco porque como é um documento que vai ser feito para o Ministério Público Federal.

O Ministério Público Federal vou também solicitar ao cartório Bezerra, através da Senhora Maria Cristina Mendes Bezerra Sousa, Tabeliã Pública do 2º Ofício de Notas, na Avenida Presidente Vargas nº 164, centro de Parnaíba, que se manifeste acerca da procuração feita para a Senhora Vivian Alencar, dando poderes sobre RIP que nós nominamos agora a pouco, o porquê de fazer essa procuração e com que fundamento legal o cartório fez essa procuração. E solicitando de imediato o cancelamento também dessa procuração, tendo em vista ser uma área da União.

O quarto encaminhamento que, inclusive, foi aqui manifestado até pelo Ministério Público Estadual do Piauí, que seja feito um PL, que é um projeto de lei para instituir um monumento natural conforme apresentado pelo ICMBio, aqui na pessoa do Dr. Adriano. E esse projeto de lei será feito por esta Casa, nós deputados que promovemos, aprovamos e realizamos audiência pública, vamos preparar um indicativo e pedir ao governador que mande de imediato para esta Casa para que possamos fazer a aprovação desse projeto de lei. Aí eu peço o empenho do Dr. Hélio, do Deputado Ziza, do Deputado Francisco Costa, que é líder do Governo, que possa agilizar o mais rápido possível, inclusive uma audiência com o governador para tomar essas medidas cabíveis imediatamente.

Quinto, provocar o município de Cajueiro da Praia que já está aqui quanto o seu interesse aderir ao projeto do MP sobre o Reurb, aqui já vamos encaminhar para o Município de Cajueiro para ele aderir ao Reurb que também ajuda na regularização situação.

Sexto, convidar, manifestação da Equatorial, solicitando a Equatorial, inclusive, a Assembleia Legislativa vai fazer a solicitação, mas queremos também que o Ministério Público Federal possa fazer essa manifestação, solicitar informações quanto a suspensão de fornecimento de energia elétrica das unidades consumidores na área dos conflitos do município de Cajueiro da Praia. Se lá tem uma residência e não está regularizada, por que não está sendo feita a regularização dessas residências com energia, inclusive das que já tem matrículas antigas.

Sétimo, provocação de uma segunda reunião, uma segunda audiência com notificação para o comparecimento dos representantes da SPU, do próprio Ministério Público Federal. Inclusive encaminhando que o próprio Ministério do Planejamento faça a SPU comparecer a próxima reunião. E vamos fazer em Cajueiro da Praia, não é Deputado, Deputado Ziza e Deputado Dr. Hélio, vamos fazer a próxima reunião em Cajueiro da Praia, ainda no ano de 2021, hoje são 23, nós precisamos de vinte dias para que o Secretário da SPU não tenha nenhum subsídio de dizer que ele não pode ir, por que tem um prazo para pedir diária, pedir recursos para se deslocar. Justificativa que não é plausível, diante do tamanho do problema que enfrenta o município de Cajueiro da Praia. E aí nós temos a presença de todos os outros órgãos, inclusive, órgão federal como o ICMBio, que veio lá de Parnaíba para essa audiência pública..

Nós queremos aqui parabenizar, aplaudir os que estiveram aqui, mostrou os problemas, mostrou possibilidades de solução e, principalmente a capacidade de dialogar com a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, com a sociedade civil organizada aqui presente, através das entidades, das pessoas, da Câmara Municipal, da Assembleia Legislativa, do próprio Ministério Público Estadual, que é um órgão de controle social, mostrou essa capacidade de liderança, o ICMBio, no qual nós vamos encaminhar um voto de louvor a nível nacional, pela postura de defesa ambiental no município de Cajueiro da Praia, na orla do litoral do Piauí, na pessoa do Dr. Adriano, que foi quem veio representar o ICMBio

Nós vamos já agendar, por favor, peguem aqui o calendário, vinte dias após a data de hoje será a reunião no município de Cajueiro da Praia. E nós vamos pedir o apoio da Câmara Municipal e da Prefeitura, para conseguir um local para realizar essa reunião. E todos esses órgãos aqui presentes hoje vão estar sendo convidados para participar, inclusive a própria SPU.

Mas antes disso, dia 13 de dezembro, no dia do aniversário da cidade, podemos colocar depois, dia 14, é um dia de que, prefeito, qual o dia da semana? Dia 16 é uma quinta-feira, podemos fazer a tarde. Dr. Maurício, o senhor será convidado. Nós temos que fazer essa audiência antes de encerrar o ano legislativo, doutor, porque dia 20 de dezembro já estaremos de recesso e não pode, tem que ser antes. Vamos ver aqui,

com 15 dias, ele colocou que era 15 dias que precisava, só que precisamos mandar imediatamente a correspondência, ele mora lá mesmo na região. Vamos antecipar, já que vai ser em Cajueiro da Praia, que é central, jurisdição da SPU na região de Parnaíba, então não precisa 15 dias. Vamos ver aqui o calendário e vamos antecipar, porque aqui vai ter o orçamento daqui para o dia 20, e dia 20 também entra de recesso, então temos que antecipar essa reunião para ontem, em outras palavras.

O Dr. Hélio está pedindo que façamos segunda-feira, vamos ver a primeira segunda-feira de dezembro, que dia será ? Dia 6 de dezembro. Nós temos que fazer o mais rápido possível, porque as forças ocultas ninguém sabe como elas estão agindo, diante da celeridade, na velocidade da luz do trâmite do documento que está tramitando no SPU. Vamos colocar 6 de dezembro, uma segunda-feira, às 10 horas.. O local que vocês sugerem, senhores prefeito e vereadores? Nós vamos pedir ao padre da região, será se ele cede a Igreja? A princípio vamos solicitar o salão paroquial do município de Cajueiro da Praia, para realizar essa próxima reunião dia 6 de dezembro, às 9:30 h horas da manhã. Quem for para lá, vai no domingo, já dorme lá, já amanhece o dia lá e às 9h30 da manhã no salão paroquial.

Esses são os encaminhamentos. Cadê a nossa secretária da comissão, para que ela possa fazer os imediatamente os encaminhamentos devidos. Já foi feito aqui os encaminhamentos, mas que seja imediatamente tomada as medidas cabíveis, inclusive encaminhamentos para o Ministério Público Federal, imediato. Amanhã já sair daqui da Assembleia Legislativa todos esses encaminhamentos para o Ministério Público Federal, Deputado Ziza, Deputado Dr. Hélio e todos aqui presentes.

Dr. Maurício solicitou que nós encaminheamos também a cópia da audiência, a gravação desta audiência para o Procon, Dr. Ivaldo para ele ver com a Equatorial por que está acontecendo o corte de energia em área que tem matrículas já antiga. Também vamos encaminhar essa cópia da audiência pública para o Ministério Público Federal, para o Ministério do Planejamento, que é o ministro do Planejamento, não só o Ministério, o ministro para que ele possa saber do que está acontecendo aqui no Estado do Piauí, com relação a SPU. Precisamos ter mais clareza da SPU diante dos procedimentos que estão sendo tomados. Se o superintendente tivesse vindo, nós íamos ter algo que ele

pudesse justificar, mas como ele não fez, nós vamos também encaminhar, inclusive, solicitando ao Ministério do Planejamento que reduza esse prazo, diante das urgências, como é o caso que se trata hoje de um RIP andando na velocidade da luz, para transferência de uma área, praticamente em todo o Cajueiro da Praia. Porque enquanto não tiver registro, prefeito, registro em cartório de desmembramento, essa área continua sendo do RIP existente hoje. Então, a coisa é muita mais séria do que nós imaginamos. Nós não podemos abrir guarda de jeito nenhum. Dia seis de dezembro, nova audiência, dando continuidade no município Cajueiro da Praia. Confirmada a presença da Deputada Teresa Britto, do Deputado Doutor Hélio e Deputado Ziza Carvalho e, acredito que mais deputados vão, mas esses três aqui já confirmam as presenças.

E eu espero que todos vocês que estão aqui e mais moradores, Sr. Manuel possam se fazer presente. Também queremos encaminhar ao Ministério Público Federal a solicitação do cancelamento do RIP, eu queria ver o número lá dos RIP dos Cajubás.

SR. ZIZA CARVALHO (PT) - Dia dois tem uma reunião em Parnaíba, ou é Luis Correia, eu não sei, dos vereadores todos do Piauí. Uma Conferência da Associação dos Vereadores, inclusive vai ter muita autoridade lá, os deputados estarão presentes, acho que até o governador, seria uma boa oportunidade da gente fazer antecipar para dia dois de dezembro.

SR. DOUTOR HÉLIO (PL) - Mas eu a princípio pensei assim como o Ziza, mas eu acho que deveria mesmo era separar, deixar realmente que o foco fosse voltado para essa questão. A minha sugestão é que deixemos mesmo para o dia seis, para focar realmente nesse tema, porque vai ser uma discussão muito ampla envolvendo todo o Estado do Piauí, os vereadores discutindo, inclusive, sobre como eles devem se portar no mandato, então é uma espécie de treinamento também.

Aproveitar só para parabenizar a todos, a Deputada Teresa a iniciativa muito importante. E o que nós observamos aqui é que coincidentemente os órgãos que efetivamente deveriam estar aqui para se pronunciar como de direito representando os interesses da área, se fizeram ausentes, que é a SPU e o Ministério Público Federal. Isso realmente é lamentável, eu acho que realmente nós temos que criar toda uma logística de comunicação, para que esses órgãos se façam presentes nessa próxima reunião, sob

pena dela ficar ainda prejudicada. Eu acho que esses encaminhamentos contemplam a expectativa de todos que estiveram aqui, principalmente essa sugestão aqui do Adriano, mas que Felipe encabeçando isso institucionalmente, além de requerer a área como de utilidade pública, já o faça o inserindo também solicitando o cancelamento RIP, tendo como motivação o não preenchimento desses vários critérios aqui detalhados, para que você se mantenha com o direito sobre o RIP.

Então, acho que a prefeitura e o estado também, .. eu estava conversando aqui com o Francisco Lucas, Deputado Francisco Costa esteve ali em uma sessão, porque tinham várias votações importantes aqui do governo, mas ele também tem interesse que levemos essa demanda, toda a problemática ao próprio governador. Seguramente o estado, pelas palavras aqui do Dr. Francisco Lucas, também estará empenhado para tenhamos esse processo andando com serenidade, tranquilidade, com transparência para que todas as partes possam realmente ter clareza de que caminho esse processo está trilhando. Porque Juriti, preocupa muito o fato de já não ter toda uma assessoria jurídica acompanhando *pari passu* isso aqui, porque sabemos em que no que pese essa transferência de RIP está muito enviesada, parece que ela consegue caminhar numa linha muito reta e rápida lá, a nível do órgãos federais.

Então, eu acho que nós temos como contraponto, priorizar uma equipe técnica para acompanhar efetivamente por onde anda e o que nós podemos fazer para barrar esse processo célere que nesse momento se desenvolve, porque à medida que ele evolua, mais demandas jurídicas serão criadas a serem superadas.

Mas enfim, parabenizar todos vocês, foi um momento para mim de enriquecimento, de conhecimento sobre toda a questão da área do Cajueiro e, principalmente, da questão dos direitos que devem ser preservados, tanto do município, quanto de todos aqueles que estão contribuindo para o desenvolvimento de toda a região do litoral. Que vocês têm aqui toda a representatividade legal de estar pleiteando o direito de ser preservado a propriedade, o benefício, o investimento, feito lá na nossa região.

Muito obrigado a todos! E, seguramente, no dia 02 vamos ter avanços.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Eu quero só finalizar aqui. Vamos incluir também na audiência pública e nos convites para a próxima reunião, a Advocacia da União - região Parnaíba.

Queremos incluir ainda nos encaminhamentos, na solicitação ao Ministério Público Federal, o cancelamento do RIP que pertencem às famílias Cajubá, nº 1130100483-01, CPF da pessoa 119325461-20,;o outro RIP 11130100484-84, CPF: 10724995-91 o outro RIP 11130100485-65, CPF: 0971881843-68, RIP 11130100486-46, RIP 11130100487-27 e RIP 11130100488-08. Todos na região do Morro Branco, município de Cajueiro da Praia. Isso aqui para o Ministério Público federal cancelar. Diante dos artigos e incisos já citados anteriormente .

Agradecer a presença mais uma vez de todos vocês, convidá-los todos a comparecer no dia 6 de dezembro, no salão paroquial do município de Cajueiro da Praia, a nossa próxima reunião dando continuidade aos trabalhos dessa audiência pública da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Um abraço a todos, muito obrigada e o deputado vai declarar encerrada a audiência pública.

SR. PRESIDENTE (Ziza Carvalho - PT) - Eu quero agradecer a todos os que vieram para esta audiência, parabenizar a Deputada Teresa Britto pelo requerimento desta audiência pública, ao Deputado Doutor Hélio, ao Deputado Dr. Francisco e, eu também subscrevi este requerimento. O Deputado Júlio Arcoverde também.. Agradecer ao prefeito Felipe, agradecer todos os órgãos federais, estaduais, Dr. Maurício, do Ministério Público,, vereador Dênis, em nome deles, agradecer todos os presentes. E fica então os encaminhamentos, essa audiência toda foi gravada, será depois degravada para conhecimento de todos os participantes, os encaminhamentos também serão publicizados e continuaremos a essa reunião, vamos dizer assim, itinerante, porque vai ser uma luta constante até resolver definitivamente o problema, dia seis de dezembro lá no salão paroquial, em Cajueiro da Praia.

Conto com todos e como Presidente da Comissão de Infraestrutura agradeço a todos.

Declaro encerrada esta audiência pública.